

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



FICHA TÉCNICA

Título

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GPEARI • 2020

Data

ABRIL • 2021

Edição

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais • Ministério das Finanças

Rua da Alfândega, 5A - 1100 - 016 Lisboa • Telefone: +351 218 823 390 • Fax: +351 218 823 399

Índice

MENSAGEM DA DIREÇÃO	4
DESTAQUES DA ATIVIDADE.....	5
1. O GPEARI	14
MISSÃO, VISÃO, VALORES	14
ATRIBUIÇÕES	15
ESTRUTURA ORGÂNICA.....	17
PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS	18
2. AUTOAVALIAÇÃO	20
2.1.OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	20
2.2.OBJETIVOS OPERACIONAIS - ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS.....	21
2.3.PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE	39
2.4.DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL	40
2.5.AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES	42
2.6.AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES E STAKEHOLDERS	45
2.7.AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	49
3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	50
4. INFORMAÇÃO ADICIONAL À AUTOAVALIAÇÃO	55
4.1.MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	55
4.2.PERSPETIVA DE GÉNERO.....	57
4.3.PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....	57
4.4.CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LOE2020 NO ÂMBITO DO QUAR	58
CONCLUSÕES PROSPETIVAS E MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO	59
ANEXOS	61
A1. LISTA DE ACRÓNIMOS	61
A2. QUAR QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	64
A3. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO	66
A4. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA	68
A5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.....	100
A6. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2020	101
A7. BALANÇO SOCIAL.....	104

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA ORGÂNICA DO GPEARI.....	17
FIGURA 2. UTILIZADORES E INTERLOCUTORES DO GPEARI.....	18
FIGURA 3. OBJETIVOS, INDICADORES E TAXA DE EXECUÇÃO DO PA.....	21
FIGURA 4. TAXA DE REALIZAÇÃO DO QUAR 2020	23

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TAXAS DE REALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS E OBJETIVOS DO QUAR 2020	22
GRÁFICO 2. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS COLABORADORES.....	43
GRÁFICO 3. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS UTILIZADORES, POR DIMENSÃO	46
GRÁFICO 4. COMPARAÇÃO DO GPEARI COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS.....	47
GRÁFICO 5. IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA PELO GPEARI NO TRABALHO DOS OUTROS ORGANISMOS	47
GRÁFICO 6. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS GABINETES DO MF	48
GRÁFICO 7. MAPA DE PESSOAL E EFETIVOS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES – 2015 A 2020	50
GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO - GERAL POR RUBRICAS	52
GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO - COOPERAÇÃO POR RUBRICAS	53
GRÁFICO 10. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E EXECUTADO DO GPEARI.....	54

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. OBJETIVOS OPERACIONAIS E INDICADORES EXTRA-QUAR.....	35
QUADRO 2. MAPA DE PESSOAL PARA 2020 – LUGARES PREVISTOS E OCUPADOS.....	50
QUADRO 3. RECURSOS FINANCEIROS EM 2020.....	52
QUADRO 4. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI.....	54



MENSAGEM DA DIREÇÃO



O ano de 2020 foi marcado pela situação pandémica inédita, que marcou profundamente os métodos de trabalho das organizações. O GPEARI não foi alheio a esta situação, tendo sido forçado a adaptar a sua forma de funcionamento. Os desenvolvimentos tecnológicos que vinham a ser implementados há já alguns anos permitiram uma célere adaptação ao modelo de teletrabalho sem perdas de eficiência e produtividade do GPEARI.

Às dificuldades que esta adaptação necessariamente trouxe, acresceu um maior número de solicitações, quer a nível interno, quer externo, com vista a dar resposta à situação de saúde pública e à recuperação económica, ao que juntou a necessidade de acomodar novos desafios, como a preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia de 2021 e a avaliação macroeconómica do Plano de Recuperação e Resiliência.

Apesar das circunstâncias e constrangimentos associados à situação pandémica terem naturalmente influenciado a atividade do GPEARI desde o início de março de 2020, o Gabinete não deixou de dar espaço à inovação e ao cumprimento da sua missão de contribuir para a criação de valor para os seus clientes e *stakeholders*.

Tal só foi possível graças à grande capacidade de adaptação, dedicação e profissionalismo de todos os colaboradores a quem não podemos deixar de agradecer todo o empenho e dedicação à instituição.

Rosa Maria Caetano

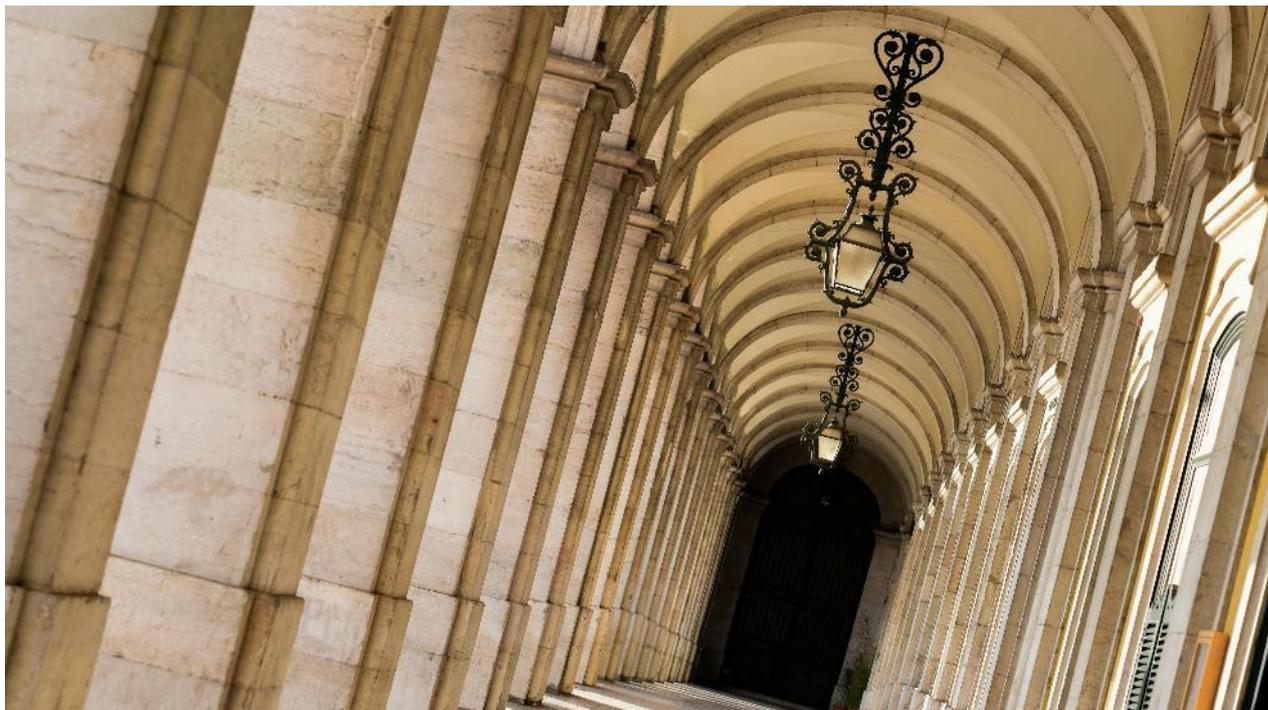
José Carlos Azevedo Pereira

Paula Fonseca Costa

Subdiretora-Geral

Diretor-Geral

Subdiretora-Geral



DESTAQUES DA ATIVIDADE

O GPEARI, enquanto gabinete de estudos e relações internacionais do Ministério das Finanças, assume uma posição de relevo no apoio à formulação, monitorização e avaliação de políticas públicas, vindo a acomodar, ao longo do tempo, um conjunto de novas áreas de atuação, privilegiando a melhoria no aprofundamento da sua atividade.

Evidenciando os principais eixos estratégicos que contribuem para a prossecução e cumprimento da sua missão, o GPEARI procedeu em 2019 a uma revisão dos seus objetivos estratégicos, esperando que o ano de 2020 fosse um tempo de consolidação das suas linhas de atuação, de aprofundamento das dinâmicas organizacionais e de melhoria da capacitação dos seus ativos. Todavia, o ano de 2020 veio a revelar-se um ano extraordinariamente exigente e desconcertante aos mais variados níveis.

A pandemia causada pela infeção pelo Coronavírus - SARS CoV-2 -, com forte impacto ao nível organizacional, obrigou à adequação a novas formas de organização do trabalho, bem como à acomodação desta nova problemática nos debates a nível nacional, europeu e internacional, exigindo um redirecionamento da atividade, sem, contudo, impactar na performance e capacidade de trabalho do GPEARI no âmbito das suas atribuições, obrigações e prossecução da sua missão.

O presente relatório de atividades visa a apresentação da atividade desenvolvida ao longo do ciclo de gestão de 2020 e a demonstração quantitativa e qualitativa dos resultados alcançados, constituindo-se, assim, como um instrumento efetivo de prestação de contas e de

autoavaliação, perspetivando a constante melhoria da sua atuação, produtos e serviços prestados.

A elaboração deste relatório foi um processo colaborativo, contando com o contributo e a participação ativa dos colaboradores de todas as unidades orgânicas deste Gabinete, atores potenciadores de mudança e fundamentais na implementação do sistema de melhoria contínua.

Em contexto de grande exigência, o GPEARI registou uma taxa de execução do QUAR de 112,6%, em resultado da superação de cinco objetivos, três dos quais relevantes, e da execução total de outros três. Os três parâmetros – Eficácia, Eficiência e Qualidade – foram superados, com um peso relativo de 40%, 40% e 20% respetivamente.



No que respeita ao plano de atividades, foram definidos para as unidades orgânicas um total de 18 objetivos, que se traduziram em 35 indicadores, dos quais 14 foram superados, 20 foram atingidos e apenas 1 ficou aquém do esperado, devido ao impacto da pandemia na atividade. Com efeito, a taxa de realização do plano de atividades foi de 97,9%, ao qual acresce um conjunto de atividades extra-plano que corresponderam a mais 10,6% da atividade, e que se traduzem, essencialmente, em atividades não previstas de representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos gabinetes ministeriais, entre outras solicitações.

Em 2020, o GPEARI continuou a desenvolver as suas atividades no âmbito do apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras da área das Finanças, designadamente na coordenação da elaboração do Programa de Estabilidade de 2020, do Relatório do Orçamento do Estado Suplementar para 2020 e na contribuição para o Relatório do Orçamento do Estado para 2021 (incluindo propostas de uma síntese bilíngue e de um Guia do Cidadão), a estimação do impacto das medidas incluídas no Programa Nacional de Reformas e no Plano de Recuperação e Resiliência, os contributos para a Conta Geral do Estado de 2019 e para o Balanço da

participação de Portugal na UE, bem como a elaboração de trabalhos de projeção das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas.

Por outro lado, a emergência das alterações climáticas na agenda política nacional e internacional exigiu da parte do GPEARl um acompanhamento de perto das políticas de ação climática e a prestação de apoio técnico à participação do Ministério das Finanças nos *fora* dedicados a esta temática.

Destaque, ainda, para a participação no Conselho para a Produtividade, órgão constituído pelo GPEARl e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, tendo sido promovida a segunda conferência deste Conselho, sob a forma de um conjunto de *webinars*.

Concomitantemente, deu-se início ao desenvolvimento de uma área dedicada à avaliação de políticas públicas, com a implementação da formação desenvolvida no âmbito do projeto financiado pelo Programa de Apoio a Reformas Estruturais da Comissão Europeia, que envolveu apoio técnico especializado de entidades externas para capacitação interna, em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais.

Na esfera da divulgação de informação, promoção da capacitação interna e partilha de conhecimento, o GPEARl deu continuidade à dinamização de vários seminários, com especial destaque para o ciclo de seminários mensais sobre a economia Portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (que já conta com mais de 50 edições).

12
Seminários

O GPEARl continuou a garantir a coordenação das missões de acompanhamento e supervisão Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, sendo que em 2020 realizaram-se duas missões, a primeira no mês de fevereiro e a segunda no mês de setembro. O GPEARl garantiu igualmente a missão técnica relativa ao Exame Económico da OCDE a Portugal, que ocorreu no mês de dezembro.



Ao nível da política europeia, o GPEARl coordenou a posição do Ministério das Finanças em diversas temáticas, nomeadamente, no debate e tomada de decisão associados ao estabelecimento instrumento “Próxima Geração União Europeia” e, em particular, do seu elemento central, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, e do Quadro Financeiro

Plurianual para a União Europeia, e suas necessidades de financiamento, para o período programático de 2021 a 2027, revisto em virtude da crise pandémica que atingiu a Europa e o Mundo. Adicionalmente, o GPEARI coordenou a posição do Ministério das Finanças nas discussões relativas ao estabelecimento de três redes de segurança, acordadas em resposta à pandemia, para apoiar os trabalhadores, as empresas e os estados-membros. Estas discussões decorreram tanto ao nível do ECOFIN e do Eurogrupo, como dos Conselheiros Financeiros e do

Grupo de Trabalho Recursos Próprios do Conselho da União Europeia.

Próxima Geração União Europeia -
Mecanismo de Recuperação e Resiliência
Quadro Financeiro Plurianual para a União
Europeia - 2021-2027

Foi também garantido o desenvolvimento dos trabalhos relativos à posição portuguesa no âmbito do Brexit, coordenando no MF a

definição das orientações estratégicas, preparação e contingência para todos os potenciais cenários, contribuindo para a atualização constante do Plano de Preparação e Contingência, para o Acordo de Saída, assim como para a conclusão do Acordo sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido.

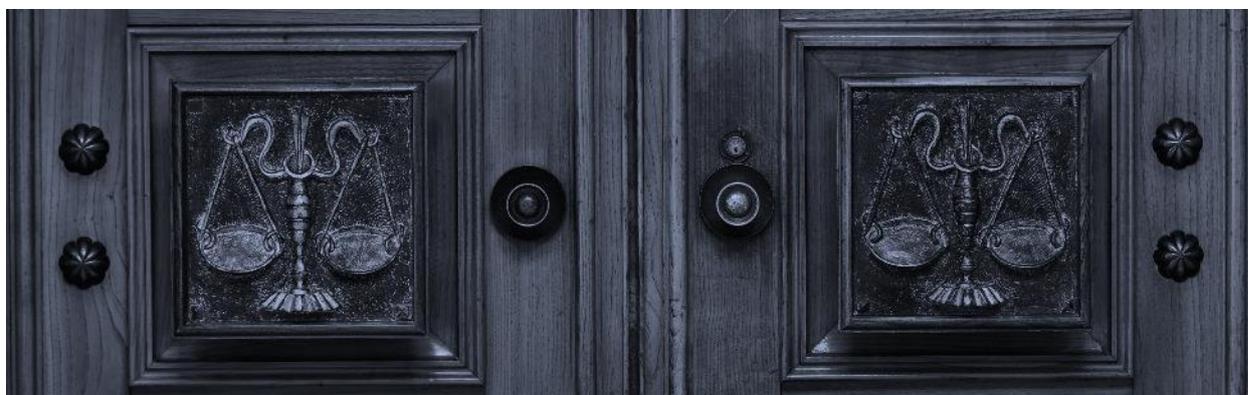
Foram ainda desenvolvidos trabalhos preparatórios com vista ao início da Presidência Portuguesa da União Europeia do primeiro semestre de 2021.

Foi ainda dada sequência aos trabalhos da União Bancária, destacando-se o acordo final alcançado quanto à reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), a Comissão Europeia apresentou em setembro um novo plano de ação no âmbito da União dos Mercados de Capitais e no plano digital - Tecnologia Financeira (Fintech), 2020 foi marcado pela adoção pela Comissão Europeia, em setembro, do pacote "Financiamento Digital", que inclui estratégias em matéria de financiamento digital e de pagamentos de retalho, bem como propostas legislativas.

União Bancária
União dos Mercados de Capitais
Tecnologia Financeira (Fintech)

Com efeito, o objetivo de construção de um mercado único aliado ao ritmo da inovação financeira e o surgimento de novos desafios (Brexit, transição digital, financiamento sustentável) tem vindo a impor sobre o legislador Europeu uma grande pressão para atualizar a legislação Europeia que posteriormente se reflete no ritmo dos trabalhos no Conselho da União Europeia, em particular do GPEARI atendendo à sua função de coordenação e representação do Ministério das Finanças nas instâncias preparatórias desta Instituição Europeia.

Importa, ainda, realçar a continuação do apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais do Ministério na análise de diplomas de transposição. Em 2020 foram transpostas catorze diretivas da responsabilidade do Ministério das Finanças, umas de natureza financeira, outras de natureza fiscal, outras ainda no âmbito do direito das sociedades e do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Foi igualmente dada continuidade ao reporte mensal efetuado aos gabinetes governamentais do Ministério, o qual inclui também as medidas nacionais de execução de regulamentos da UE relacionados com serviços financeiros. De assinalar também o envolvimento nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos regulamentos) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional.



No que concerne ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, foi dada continuidade à participação do GPEARI nos trabalhos do Grupo de Ação Financeira, integrando a delegação portuguesa presente nos plenários de fevereiro, junho e outubro de 2020. Foi igualmente dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos do *Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing* da Comissão Europeia. Também neste âmbito, mas a nível nacional, foi dada continuidade à participação nos órgãos permanentes da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Plenário, Comité Executivo e Secretariado Técnico Permanente), bem como no grupo de trabalho criado no seio da Comissão para efeitos de revisão da Avaliação Nacional de Riscos. registo

Paralelamente, foi elaborado pelas autoridades nacionais competentes¹, e apresentado ao Ministro de Estado e das Finanças e ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o terceiro Relatório Anual sobre Medidas Restritivas, tendo sido produzidos, ao longo do ano, vários pareceres/esclarecimentos jurídicos a cidadãos, entidades ou operadores económicos

¹ GPEARI do Ministério das Finanças e DGPE do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

sobre a conformidade de determinadas relações comerciais ou financeiras com diferentes regimes restritivos em vigor.

Em matéria de auxílios estatais, de salientar o apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais na análise de processos da área das Finanças, alguns dos quais associados a processos de alteração legislativa, bem como a participação nos trabalhos desenvolvidos a nível da UE, sobretudo no âmbito do Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19, adotado em março de 2020 e revisto cinco vezes ao longo do ano.

De referir, ainda, os trabalhos do GPEARI enquanto representante de Portugal na esfera da OCDE, tais como a participação no Comité de Política Económica, Comité de Mercados Financeiros, *Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation*, *Global Forum on Productivity*, *Short-Term Economic Prospects*, *Economic and Development Review Committee*, *Survey de Portugal*, entre outros Grupos de Trabalho.



Em 2020, em matéria de cooperação e relações internacionais, o GPEARI manteve a sua linha de atuação no âmbito da defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das Instituições Financeiras Internacionais, bem como no relacionamento com países terceiros, promovendo não só objetivos das políticas externa e de cooperação, mas também a internacionalização das empresas e consultores nacionais e o financiamento da economia portuguesa por via das Instituições Financeiras Europeias e Internacionais (IFEI).

Ao nível bilateral, destaque para o acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e o Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, tendo as missões das Unidades de Acompanhamento Macroeconómico e as Reuniões das Comissões de Acompanhamento de ambos os Acordos sido realizadas com recurso a meios telemáticos devido à situação pandémica.

No quadro das relações multilaterais, o ano de 2020 foi marcado pela análise das inúmeras medidas implementadas pelas IFEI para apoio à recuperação económica no seguimento da crise pandémica. No quadro da operacionalização do Compacto para os Países Lusófonos com

o Banco Africano de Desenvolvimento, uma iniciativa que visa o desenvolvimento do setor privado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, simultaneamente, o apoio ao investimento português nestes países, importa salientar a participação nas negociações relativas ao estabelecimento do Acordo de Garantia a firmar entre o Estado Português e o Banco Africano de Desenvolvimento. A par disso, neste domínio, foram desenvolvidos os necessários passos processuais tendo em vista a aprovação, na ordem jurídica interna, do 7.º aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento, assim como das reconstituições das janelas concessionais deste Banco (o Fundo Africano de Desenvolvimento – FafD15) e do Banco Mundial (a Associação Internacional para o Desenvolvimento – AID19).

Em colaboração com a aicep Portugal Global, o GPEARI organizou cerca de 20 atividades (das quais 12 seminários, na sua maioria sob a forma de *webinars* devido à situação pandémica), com o objetivo de aumentar a visibilidade e conhecimento sobre as Instituições Financeiras Internacionais e dar a conhecer as mais valias destas às empresas portuguesas. Foi, igualmente, criada e lançada uma nova ferramenta de comunicação e divulgação no LinkedIn (o Multilaterais Network PT), destinada a promover o *networking* e contactos entre o setor empresarial e colaboradores nacionais a trabalhar nas IFI, a qual contava em finais de 2020 com cerca de 100 inscritos.



Ainda no contexto da maior visibilidade e conhecimento sobre as Instituições Financeiras Internacionais, importa notar também que, pela primeira vez, o GPEARI participou, enquanto formador, no Programa de Formação para Alta Direção do Instituto de Formação Bancária (APB/IFB), ministrando parte do módulo "Multilaterais: enquadramento dos instrumentos para mitigar riscos e catalisar operações da banca", bem como elaborou um artigo sobre a Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (MIGA, na sigla em inglês) para integração no Dicionário sobre Portugal e o Multilateralismo (publicação do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em colaboração com o Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, para assinalar os 75 anos das Nações Unidas).

A nível interno, o projeto de (Re)construção da identidade corporativa do GPEARI manteve-se como um pilar importante da atividade, verificando-se desenvolvimentos, designadamente decorrentes da aprovação da candidatura SAMA 2020.

Em 2020, o GPEARI concretizou, em plena pandemia (15 de julho de 2020) o lançamento do novo Portal GPEARI – www.gpeari.gov.pt e continuou com o processo de modelação e desmaterialização de processos, bem como a avaliação de impacto do enquadramento legal e normativo.

O GPEARI iniciou a sua participação no GERProj 2.0, uma plataforma em desenvolvimento pela eSPap, que irá facilitar e agilizar a elaboração e monitorização dos instrumentos de gestão.

Procedeu-se, também, à atualização do Código de Conduta e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e foi efetuado o Diagnóstico sobre a Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

De referir, ainda, os contributos para o Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços (GTCCAS), tendo participado ativamente em diversas Linhas do Plano de Ação para o GT CCAS: L1 | Operacionalizar o funcionamento da rede, L2 | Casa Comum, Orientação Comum, L5 | Da Orientação Política à Ação Administrativa, L10 | Nova LEO, Nova Lei.

Destaque, ainda, no âmbito da preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais, para o volume muito alargado de reuniões e encontros, que o GPEARI assegurou a preparação e/ou participação, totalizando mais de nove centenas enquadradas: i) no apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do Ministério das Finanças; ii) decorrentes das missões regulares de acompanhamento da Comissão Europeia, FMI e OCDE; iii) resultado do acompanhamento das Instituições Financeiras Internacionais; iv) e fruto dos trabalhos no âmbito da cooperação bilateral.





323
PUBLICAÇÕES

1674
SOLICITAÇÕES



256
REPORTES/DOCUMENTOS

Em termos de grandes números relativos à atividade do GPEARI, destaque também para os mais de 1600 documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela, de resposta a organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e a instituições comunitárias e internacionais (1200 em 2019). Tal como no ano anterior, foram preparados mais de 250 relatórios, documentos e reportes e 323 publicações e relatórios

estatísticos.

Em síntese, e não obstante o ano extraordinário que constituiu 2020, o GPEARI conseguiu manter as suas dinâmicas e de forma ágil adaptar-se à nova realidade. A este respeito importa destacar a articulação ao nível da estrutura e apoio TIC, que possibilitou a integral desmaterialização de todos os processos de trabalho, bem como a estrutura associada à gestão de recursos humanos, privilegiando o bem-estar e a segurança dos seus colaboradores.

Destaque para a evolução positiva na satisfação manifestada pelos colaboradores, atingindo 3,76. Paralelamente, e em resultado do esforço e empenho de toda a equipa, o grau de satisfação aferido junto dos gabinetes ministeriais da área das Finanças com o desempenho do GPEARI foi de 4,83 e o dos demais utilizadores foi de 4,21 (escala de 1 a 5), o que demonstra um alinhamento entre as expectativas dos principais clientes e o trabalho realizado.



1. O GPEARI

O GPEARI viu a sua orgânica ser revista através do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho², em conjugação com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto (definiu a nova estrutura nuclear) e com o Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018 (que definiu as unidades orgânicas flexíveis).

MISSÃO, VISÃO, VALORES



Missão

Garantir o apoio à **formulação de políticas e ao planeamento estratégico** e operacional, em articulação com a **programação financeira**, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, **as relações internacionais** e acompanhar e **avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento** e os resultados dos **sistemas de organização e gestão**, em articulação com os demais serviços do Ministério



Visão

Ser reconhecido como um ator de **referência na criação de conhecimento** para suporte à tomada de decisão
 Servir com **inegável competência** os interesses do Ministério das Finanças
 Ser um **centro de excelência e de valorização** de todos os colaboradores



Valores

Excelência e profissionalismo | autocrítica permanente, incentivando a competência e as boas práticas
Rigor e Integridade | qualidade e a base científica
Responsabilidade e sentido de dever | promoção da imagem e dos interesses de Portugal
Criatividade e partilha do saber | inovação e a capacidade técnica

² Revogando o Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto e o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril.

ATRIBUIÇÕES³

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, das prioridades e dos objetivos do Ministério das Finanças e contribuir para a conceção e execução da política legislativa do mesmo;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e no controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Contribuir para a elaboração da Lei das Grandes Opções;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério das Finanças;
- Coordenar a edição e a elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, a Lei das Grandes Opções, o Programa de Recuperação e Resiliência e a Conta Geral do Estado;
- Elaborar estudos económico-financeiros que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas;
- Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados e podendo contratar a prestação dos serviços necessários para o efeito, com respeito pelas normas de contratação aplicáveis;
- Analisar a evolução do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional, tendo em vista apoiar o Governo no cumprimento dos objetivos orçamentais;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério das Finanças;
- Assegurar e coordenar a atividade do Ministério das Finanças no âmbito da União Europeia, garantindo a participação ativa e o acompanhamento, em coordenação com a área dos negócios estrangeiros, das obrigações decorrentes do

³ Alínea nº2 do Artigo 3.º do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de junho.

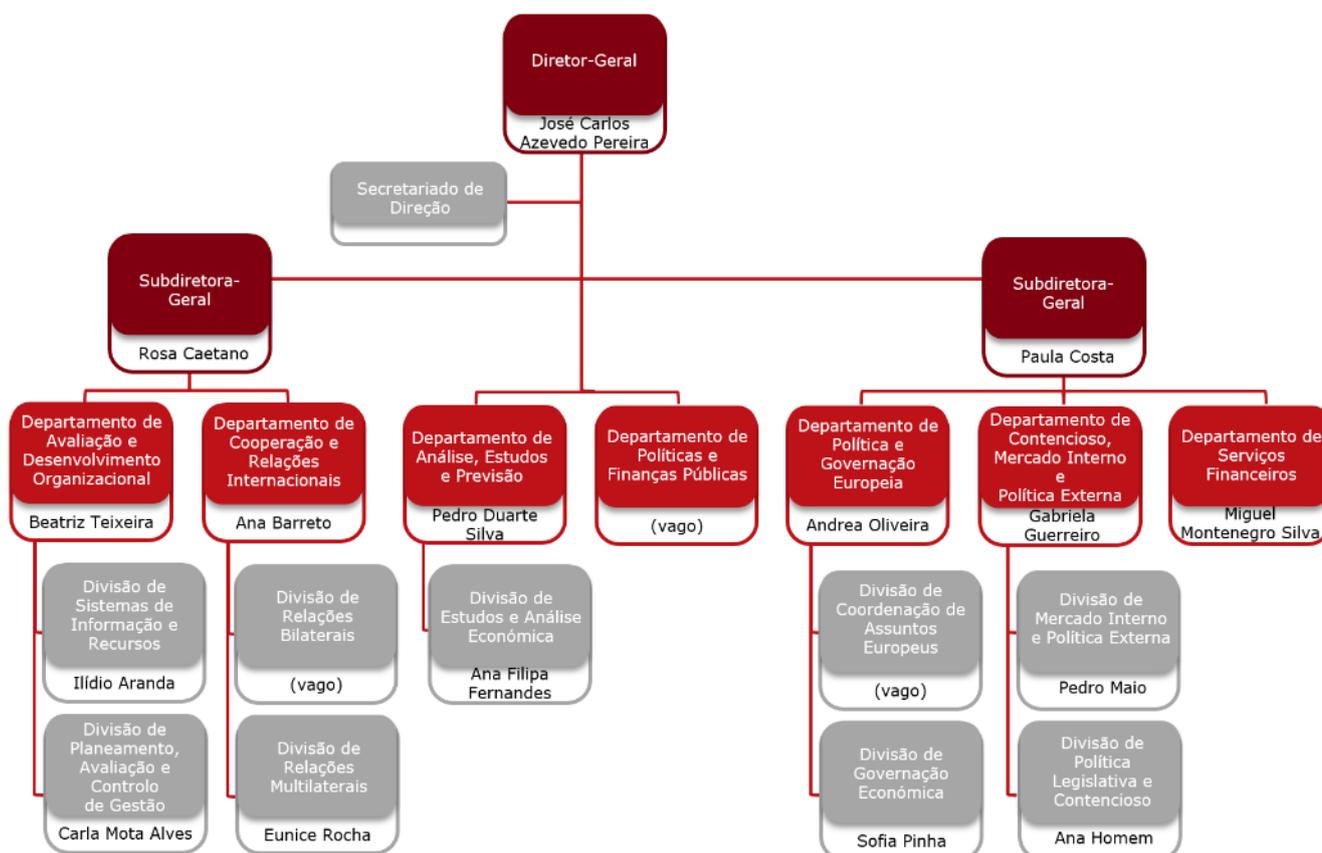
enquadramento europeu em matéria de política orçamental e de governação económica;

- Assegurar o acompanhamento e monitorização das obrigações decorrentes do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, competindo-lhe ainda constituir-se como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, centralizando a comunicação e a partilha de informação das várias áreas governativas, dos serviços e dos organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre estes;
 - Assegurar e coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais garantindo o relacionamento institucional com instituições pares em países estratégicos para Portugal, em coordenação com a área governativa dos negócios estrangeiros;
 - Assegurar, em articulação com a área do planeamento e dos negócios estrangeiros, a atividade do MF no âmbito das relações com a União Europeia, garantindo o acompanhamento das obrigações decorrentes dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia no que se refere ao Programa Nacional de Reformas, integrado no Semestre Europeu;
 - Acompanhar e promover, em conjunto com a área dos negócios estrangeiros, a representação portuguesa nas diversas instituições financeiras multilaterais de que Portugal é acionista, cabendo-lhe potenciar o retorno destas participações e promover o investimento e a internacionalização das empresas nacionais;
 - Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do Ministério das Finanças, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
 - Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do Ministério das Finanças que careçam de regulamentação;
 - Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do Ministério das Finanças, e submetê-los ao membro do Governo competente.
-

ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica do GPEARI ao longo do ano de 2020 foi a que abaixo se apresenta:

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI⁴



⁴ Estrutura Nuclear do GPEARI a 31.12.2018, de acordo com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto e o Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018

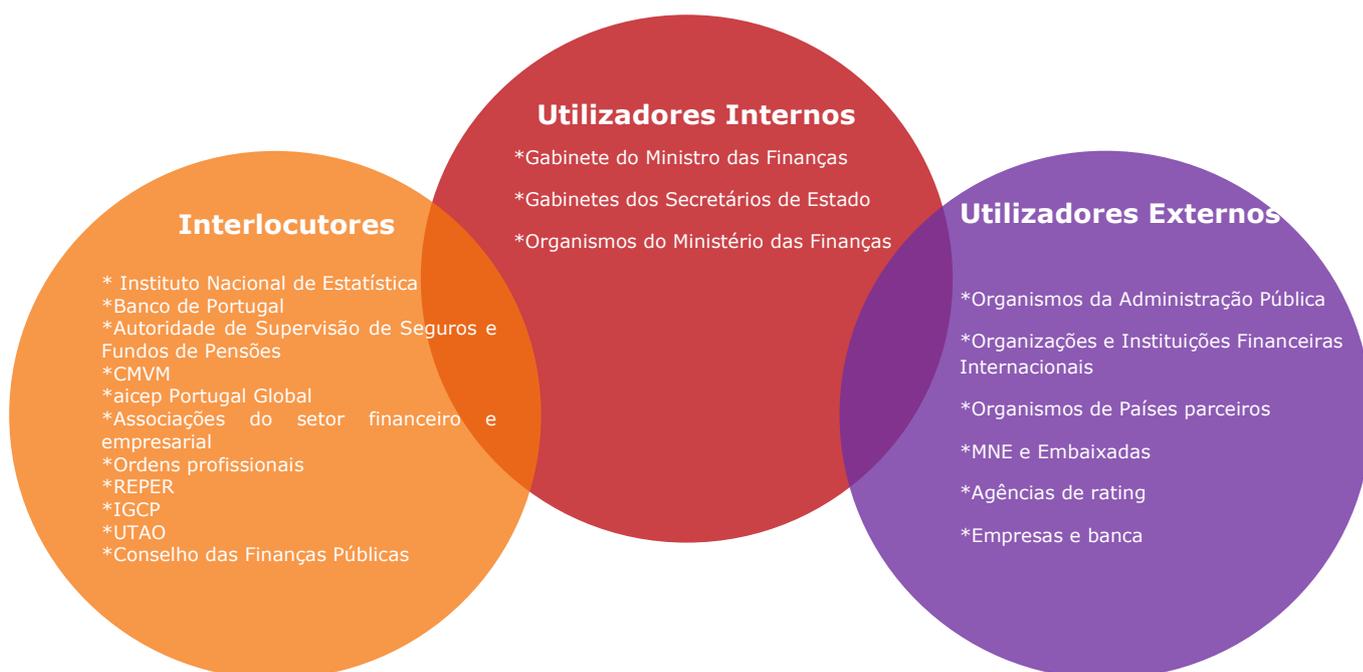
PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS

O GPEARI, enquanto serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tem como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Acresce que também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

A par deste conjunto de *stakeholders* destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO e organizações e instituições estrangeiras e internacionais, onde se incluem diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, e não só os que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e dos restantes processos regulares de supervisão a que Portugal está sujeito tal como os restantes estados-membros, existem ainda outros interlocutores do GPEARI, tais como: o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (incluindo a REPER em Bruxelas), o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global, Embaixadas de países terceiros com e sem representação em Portugal, bem como ordens profissionais e associações do setor financeiro e empresarial.

Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI



Da atividade do GPEARI destacam-se como os principais serviços prestados os seguintes:

- Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e, em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo Trimestral Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais; o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do *Ageing*); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional.
- Coordenação do Conselho para a Produtividade, em modelo rotativo com o GEE do Ministério da Economia.
- Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, a Lei das Grandes Opções, o Programa de Recuperação e Resiliência e a Conta Geral do Estado.
- Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.
- Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:
 - Boletim Mensal de Economia Portuguesa, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia;
 - Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
 - Nota de Indicadores de Curto-Prazo;
 - Dossiers de Finanças Públicas (Portugal e Comparações Internacionais);
 - Portugal *Latest Key Development*;
 - Folheto sobre o Retorno para a Economia Nacional Resultante da Participação de Portugal nas Multilaterais.
- Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e da União Europeia, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais.
- Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF.
- Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP.
- Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.
- Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional.
- Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI.
- Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF.
- Acompanhamento e monitorização do Programa "Pagar a Tempo e Horas".
- Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério.

2. AUTOAVALIAÇÃO

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com a alteração orgânica de 2018, o GPEARI redefiniu os seus objetivos estratégicos, alinhando-os com a missão e correspondendo às novas orientações e atribuições acometidas. Assim, da análise aprofundada das suas principais áreas de atuação, das linhas orientadoras e do contexto económico e financeiro do país, resultou um conjunto de Objetivos Estratégicos para o período 2019-2023, que sustentaram o Plano de Atividades para 2020, que aqui se reporta. A saber:



**OE
1**

CONTEXTO NACIONAL

Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

Potenciar a criação e o aperfeiçoamento das bases e do conhecimento para a formulação e definição de políticas, contribuindo para tomada de decisão sustentada e para a melhoria contínua das políticas implementadas, gerando valor acrescentado, valorizando o apoio técnico e projetando o GPEARI como um centro de excelência.



**OE
2**

CONTEXTO INTERNACIONAL

Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

Reforçar a sua capacidade, conhecimento e sentido de análise para garantir a representação e defesa dos interesses envolvidos.



**OE
3**

CONTEXTO INTERNO - PESSOAS

Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

Melhorar a capacitação, valorização, retenção e formação dos recursos, apostando em melhorias de eficiência e produtividade, fomentando a cultura organizacional, num contexto de exigente gestão de ativos.

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

O modelo de acompanhamento e planeamento da atividade do GPEARI traduz uma visão holística sobre todas as matérias abordadas, assentando numa estreita ligação entre os indicadores e objetivos que constituem o QUAR e o conjunto de atividades das unidades orgânicas. Assim, na elaboração dos instrumentos de gestão do GPEARI, são identificados os objetivos operacionais que refletem as prioridades para o ano em causa, permanecendo no âmbito do plano de atividades todas as restantes matérias que não se encontram plasmadas no QUAR, mas que contribuem para o total desempenho da missão do GPEARI.

Deste modo, para a concretização dos objetivos estratégicos definidos, foram identificados 18 objetivos operacionais, que traduzem as principais áreas de atuação das unidades orgânicas e constituíram o Plano de Atividades para 2020 do GPEARI. A identificação dos objetivos operacionais a constar do QUAR refletiu a aplicação de critérios de relevância e concretização da estratégia, associados às circunstâncias específicas para o ano de 2020, constando do QUAR os objetivos operacionais que melhor traduzem as prioridades para este ano, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados. Os restantes objetivos operacionais, que contribuem igualmente para a prossecução dos objetivos estratégicos, são considerados "extra-QUAR".

Os 18 objetivos operacionais traduzem-se em 35 indicadores, dos quais 14 foram superados, 20 foram atingidos e 1 não atingido, devido ao impacto da pandemia na atividade em causa (extra-QUAR). De referir que muitos dos objetivos operacionais são transversais a todas as unidades orgânicas, existindo um conjunto igualmente alargado de objetivos partilhados entre unidades.

Figura 3. Objetivos, indicadores e taxa de execução do PA



Em síntese, o plano de atividades definido para 2020 foi executado quase na sua totalidade, atingindo uma taxa de realização de 97,9%. Ainda assim, e a acrescer à atividade prevista das unidades orgânicas foram executadas atividades extra-plano – representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos gabinetes ministeriais e outras solicitações – que corresponderam a cerca de 10% da atividade. Este acréscimo de atividades realizadas resulta de um esforço acrescido dos recursos humanos, uma vez que o mapa de pessoal está muito aquém da previsão inicial.

A. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

O QUAR do GPEARI para 2020 procurou manter a perspetiva de maior transparência nas atividades desenvolvidas, focando nos objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, alinhados com as funções *core* (vide Anexo 2 – versão integral do QUAR).

Tal como nos anos anteriores, também em 2020 o GPEARI alcançou um resultado global acima do planeado (112,6%), superior ao resultado de 2019 (taxa de realização do QUAR de 103,6%), de 2018 (102,4%), de 2017 (110,4%), e de 2016 (109,6%).

Gráfico 1. Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2020

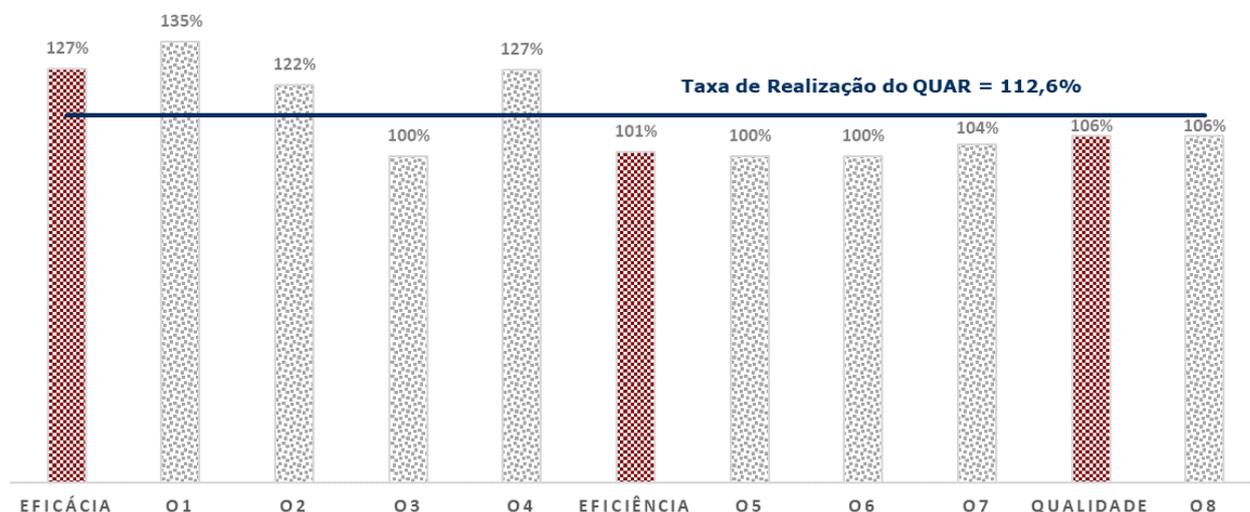


Figura 4. Taxa de realização do QUAR 2020

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos						Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação	
EFICÁCIA	40%	50,8%	126,9%	✓			
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	40%	54,1%	135,2%	✓	Superou	16,0% R	
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	10%	12,2%	122,0%	✓	Superou	4,0%	
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	10%	10,0%	100,0%	✓	Atingiu	4,0%	
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	40%	50,6%	126,6%	✓	Superou	16,0%	
EFICIÊNCIA	40%	40,5%	101,3%	✓			
O5. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	25%	25,0%	100,0%	✓	Atingiu	10,0%	
O6. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos	40%	40,0%	100,0%	✓	Atingiu	16,0% R*	
O7. Promover um ambiente de trabalho positivo	35%	36,3%	103,8%	✓	Superou	14,0% R*	
QUALIDADE	20%	21,3%	106,5%	✓			
O8. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI	100%	106,5%	106,5%	✓	Superou	20,0% R*	
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	112,6%	112,6%	✓		66,0% 4/8	

* cumprimento artigo 25.º LOE2020

Os três parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade foram superados, tendo obtido uma taxa de realização de 126,9%, 101,3% e 106,5%.

Foram superados cinco objetivos – três dos quais relevantes (O1, O7 e O8) – e atingidos três (O3, O5 e O6). Abaixo podem ser aferidas as principais atividades desenvolvidas no âmbito de cada objetivo, bem como a justificação dos desvios verificados:

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO	Superou
	40%	50,8%	

01.	ASSEGURAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DE POLÍTICA ECONÓMICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF	PLANEADO	EXECUTADO
		40%	54,1% Superou

INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.1. Número de documentos de política económica elaborados	8	[4;6]	25%	8	9	133% Superou

Este indicador traduz os contributos do GPEARI em trabalhos de coordenação e/ou participação na elaboração dos principais documentos de política económica, tais como a Conta Geral do Estado (2019), Lei das Grandes Opções, o Orçamento do Estado 2020 e Orçamento do Estado Suplementar 2020, Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), Programa de Estabilidade, Orçamento do Estado 2021 e respetivos elementos informativos, Programa Nacional de Reformas, Balanço da participação de Portugal na UE e o acompanhamento de políticas de ação climática.

INDICADORES		2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	299	[248;328]	25%	360	334	116% Superou

O GPEARI tem como principais clientes os gabinetes governamentais, aos quais corresponde com a elaboração e preparação de um conjunto de documentos de política e demais solicitações como pareceres, notas de enquadramento, entre outros pedidos de natureza pontual e esporádica, sendo de destacar os seguintes âmbitos:

- Instituições Financeiras Internacionais (BEI, BERD, Banco Mundial, BAoD, BAfD, BID, AIIB, etc.)
- Serviços Financeiros
- Auxílios de Estado
- Relações bilaterais no âmbito da cooperação internacional
- Análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas
- Questões de governação da UE
- Regras orçamentais europeias e da dívida pública
- Anteprojetos e outras solicitações
- Transposição ou aplicação de Diretivas
- Políticas de ação climática
- Custa Quanto
- Acompanhamento da implementação da nova LEO e do SNC-AP
- Processos de pré-contencioso e contencioso

Este indicador traduz o volume quantificável de pedidos, destacando-se a superação da meta estabelecida (definida em consonância com a tendência crescente dos últimos anos).

INDICADORES		2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	429	[367;467]	25%	521	629	151% Superou

Para além dos documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas solicitados pela Tutela, o GPEARI tem idêntico compromisso na resposta a pedidos e solicitações apresentadas por outros organismos da Administração Pública e outras entidades nacionais. Neste enquadramento, destacam-se as seguintes temáticas dos documentos técnicos produzidos:

- Relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da UE
- Proc. Negociação - Mercado Interno

- Relações bilaterais no âmbito da cooperação internacional
- Questões europeias
- Auxílios de Estado
- Medidas Restritivas
- Instituições Financeiras Internacionais
- Finanças Públicas
- Agregados Macroeconómicos e Conjuntura
- Acompanhamento das políticas de ação climática

INDICADORES		2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	533	[445;565]	25%	631	711	141% Superou

Na sequência dos indicadores anteriores, o GPEARI regista ainda um elevado conjunto de pedidos e solicitações apresentadas por instituições comunitárias e internacionais, sendo de destacar o grande crescimento face ao ano anterior, atingindo em 2020 mais de sete centenas de documentos, notas ou pareceres produzidos, sendo de realçar as seguintes áreas de atuação:

- Processos de pré-contencioso e contencioso
- Instituições Financeiras Internacionais
- Procedimentos escritos de consulta
- Processos de Negociação - Mercado Interno
- Relações bilaterais no âmbito da cooperação internacional
- Serviços financeiros
- Auxílios de Estado
- Acompanhamento das políticas de ação climática
- Finanças Públicas

02.	CONTRIBUIR PARA O DEBATE DA ECONOMIA NACIONAL, DO CRESCIMENTO, DA PRODUTIVIDADE E DAS FINANÇAS PÚBLICAS	PLANEADO	EXECUTADO
		10%	12,2% Superou

	INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	84	[335;365]	30%	300	287	131,5% Superou

Enquadrado no âmbito da coordenação rotativa do Conselho para a Produtividade, órgão constituído pelo GPEARI e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, prevê-se a elaboração de uma análise regular sobre a Produtividade em Portugal, que contribui para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas. O contributo do GPEARI para o relatório foram entregues tempestivamente (superando o indicador), tendo sido ainda organizada e iniciada no final de 2020 a II conferência do Conselho da Produtividade que se traduziu num ciclo de *webinars* (concluído já em fevereiro de 2021): <https://conselhoproductividade.com/eventos/ii-conferencia-do-conselho-para-a-produtividade-ii-conference-of-the-national-productivity-board/>

	INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	19	[10;14]	20%	19	12	100% Atingiu

A partilha de conhecimento e saber é um dos principais pilares de atuação do GPEARI, contribuindo para o seu posicionamento enquanto referencial para a Administração Pública, promovendo as suas capacidades e conhecimento, incrementando o apoio prestado à tomada de decisão e ao fomento da discussão dos principais temas económicos e financeiros em agenda. Com esse objetivo, não obstante as dificuldades sentidas por via da pandemia, ao longo de 2020, o GPEARI desenvolveu um conjunto de seminários, maioritariamente em formato *webinar*:

Seminários organizados em parceria com o GEE do Ministério da Economia

- | | |
|---|------------|
| ▪ <i>Fiscal Episodes in the EMU: Elasticities and Non-Keynesian Effects</i> | 21/01/2020 |
| ▪ <i>Bank funding and the survival of start-ups</i> | 18/02/2020 |
| ▪ <i>Local Public Expenditure and Private Firm Performance: Using Religious Denominations for Causal Inference</i> | 21/05/2020 |
| ▪ Mudança estrutural e evolução da produtividade na economia portuguesa: uma perspetiva de longo prazo | 17/06/2020 |
| ▪ <i>COVID-19 and Social Policy through the lens of the Great Recession</i> | 13/07/2020 |
| ▪ <i>Measuring Labor Demand and Supply Shocks during COVID-19</i> | 16/09/2020 |
| ▪ <i>Gazelles: Drivers of Exceptional Job Creation - A dynamic probit approach using Portuguese firm-level data</i> | 30/10/2020 |
| ▪ <i>Impact of the COVID-19 Crisis on Employment Around the World</i> | 24/11/2020 |
| ▪ <i>Portugal: Market competition and workers' bargaining power in 2012-2016</i> | 16/12/2020 |

Outros seminários organizados

▪ Apresentação (<i>peer review</i>) da <i>Country Fiche</i> (AWG) da Áustria	23/10/2020
▪ Apresentação da <i>Country Fiche</i> (AWG) de Portugal	04/12/2020
▪ As Dinâmicas do Investimento	11/12/2020

	INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
ÍND 2.3.	Número de estudos económicos e <i>policy papers</i>	8	[5;7]	50%	9	9	125% Superou

Ainda no âmbito da contribuição para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas, o GPEARI destaca o desenvolvimento dos seguintes estudos económicos e *policy papers*:

- Impacto económico da pandemia COVID-19
- O COVID-19 e a economia portuguesa
- *The importance of evaluate a country's ease of doing business*
- *Investment dynamics in Portugal*
- Projeções população EUROPOP2019
- Relatório do GTDS - Trabalho e Emprego (componente relativa aos indicadores de proteção social)
- Indicadores de desigualdades fiscais e de rendimento
- Elasticidade das Contribuições e Quotizações Sociais
- *Country fiche* Portugal (despesa com pensões)

03.
REFORÇAR A CAPACIDADE INTERNA E A QUALIDADE METODOLÓGICA DA AVALIAÇÃO DE REFORMAS ESTRUTURAIS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PLANEADO

10%

EXECUTADO

10%
Atingiu

	INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
ÍND 3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	-	[40%;60%]	100%	75%	60%	100% Atingiu

O reforço da capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas é um dos objetivos estabelecido pelo GPEARI, apostando na melhoria do trabalho desenvolvido, bem como na capacitação especialização interna nestas matérias.

No âmbito do programa PARE, ocorreu, durante o mês de janeiro de 2020, a reunião de arranque do projeto, sendo que ao longo do ano decorreram alguns dos módulos de formação e desenvolvimento previstos, designadamente em termos de STATA, avaliação *ex-post*, QUEST III e avaliação de reformas estruturais.

04. GARANTIR A PREPARAÇÃO E DEFESA DA POSIÇÃO NACIONAL EM FÓRUNS EUROPEUS E INTERNACIONAIS E A REPRESENTAÇÃO E DEFESA DA POSIÇÃO DO MF EM FÓRUNS NACIONAIS		PLANEADO	EXECUTADO				
		40%	50,6% Superou				
INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND 4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	492	[320;420]	60%	492	586	144% Superou
<p>O GPEARI tem assumido, ao longo dos últimos anos, a representação e/ou preparação de reuniões aos mais diversos níveis e sobre matérias bastante diversificadas, tornando-se esta uma das atividades mais críticas e que consome maiores recursos – humanos e financeiros – tendo-se previsto a participação num conjunto alargado de reuniões em fóruns europeus e internacionais (entre 320 e 420) durante o ano de 2020.</p> <p>Adicionalmente, durante o ano de 2020 ocorreu um conjunto extraordinário e significativo de reuniões, decorrente da situação causada pela pandemia.</p> <p>Do conjunto total de reuniões, mais de 400 foram Reuniões Comunitárias, das quais fazem parte, entre outros, os encontros nos seguintes fóruns:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes) e Conselho Europeu; ▪ Reuniões com a Comissão Europeia; ▪ Grupo de trabalho SCIMF; ▪ Comité de Política Económica e respetivos Grupos de Trabalho (<i>Ageing Population and Sustainability, Output Gap, LIME, Economic Forecasts, Energy Climate Chance Working Group</i>); ▪ Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (Comité Serviços Financeiros, Grupo Serviços Financeiros do Conselho, Grupos de peritos da Comissão Europeia, etc.); ▪ Mecanismo Europeu de Estabilidade e Fundo Europeu de Estabilização Financeira; ▪ Banco Europeu de Investimento (Conselhos de Administração e de Governadores, bem como Comité de Contribuintes da Fundo de Garantia Pan-Europeu (EGF na sigla em inglês); ▪ Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Conselho de Governadores); ▪ Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (<i>Joint Meeting</i> e Conselho de Administração); ▪ <i>Expert group on Money Laundering and Terrorist Financing.</i> <p>O GPEARI participou, ainda, em mais de 100 Reuniões Internacionais, nos seguintes âmbitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OCDE (Comité de Política Económica, <i>Short-Term Economic Prospects</i>; entre outros Grupos de Trabalho); ▪ Organização Mundial do Comércio (Comité do Comércio de Serviços Financeiros); ▪ Banco Mundial (Conselho de Governadores e reuniões Associação Internacional de Desenvolvimento); 							

- Banco de Africano de Desenvolvimento (Conselho de Administração, Conselho de Governadores e reuniões do Fundo Africano de Desenvolvimento, *Steering e Standing Committees* do Compacto Lusófono);
- Banco de Interamericano de Desenvolvimento (Conselho de Governadores);
- Banco Asiático de Desenvolvimento (Conselho de Governadores);
- Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Conselho de Administração e Conselho de Governadores);
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (reunião anual de Acionistas)
- Fundo Comum dos Produtos de Base (Comité Executivo e Conselho de Governadores);
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Conselho de Governadores);
- Comissões e Missões técnicas de Unidades de Acompanhamento Macroeconómico no âmbito de Acordos bilaterais com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe;
- Cimeiras e Grupos de Trabalho bilaterais com países terceiros.
- *FATF Plenary and Working Group Meetings.*

Importa referir que um número significativo de reuniões, nomeadamente as que são afetas a grupos de trabalho e negociações, permanecem de difícil previsão, dado dependerem das dinâmicas dos processos negociais ou do plano de ação dos grupos.

INDICADORES		2019	META 2020	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	312	[190;250]	40%	312	225	100% Atingiu

Relativamente às reuniões de âmbito nacional, com a participação de entidades nacionais e internacionais, ocorreram em 2020 mais de 200 **Reuniões Nacionais**, sendo de destacar as seguintes entidades ou temáticas:

- Conselho Económico e Social;
- Conselho Superior de Estatística e demais Secções Permanentes e grupos temáticos – GT de Estatísticas das Administrações Públicas, GT Saúde, entre outros;
- Conselho para a Produtividade;
- CIAE a nível técnico e apoio à preparação de reuniões da CIAE a nível político, CIPE e CNDH;
- *Briefings* com as Embaixadas dos Estados-membros da União Europeia presentes em Lisboa;
- Pontos focais para o *Brexit* e Quadro Financeiro Plurianual, Recursos próprios e aprofundamento da UEM;
- Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC);
- Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras;
- Reuniões interministeriais preparatórias de Cimeiras e Grupos de Trabalho bilaterais;
- Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo;

- Reuniões de coordenação com o IGCP;
- CCAS - Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e respetivo Grupo de Trabalho;
- GT AIL Administração Pública;
- Ação climática

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA	PLANEADO	EXECUTADO	Superou
	40%	40,5%	

05.	APOIAR OS AGENTES NACIONAIS E DOS PAÍSES ALVO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA, PRIVADOS E PÚBLICOS, NO ACESSO A SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO MAIS VANTAJOSAS E INOVADORAS, ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	PLANEADO	EXECUTADO
		25%	25% Atingiu

INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND 5.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	15	[8;12]	35%	15	12	100% Atingiu

No que respeita à promoção da internacionalização das empresas portuguesas no mercado das multilaterais financeiras, foi fixado para o ano de 2020 o objetivo de implementar entre oito e doze iniciativas, incluindo os seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais, organizadas em conjunto com a aicep Portugal Global, no âmbito do Grupo de Trabalho existente entre as duas entidades desde 2009.

O GPEARI e a aicep Portugal Global constituem-se como as entidades operacionais do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras e, nesta qualidade, promovem iniciativas de sensibilização das empresas nacionais para este mercado, disponibilizando informação sobre oportunidades concretas e a forma das empresas abordarem estas instituições nas suas estratégias de internacionalização.

Em 2020 destacam-se as seguintes ações e seminários:

▪ Seminário Cooperação, Cultura e Língua ao serviço da Diplomacia e da Paz	8-9/01/2020
▪ Apresentação ao Congresso Comemorativo dos 25 anos da PROFORUM	25/01/2020
▪ Seminários sobre as Oportunidades do mercado das Nações Unidas	5-6/02/2020
▪ Apresentação da rede Multilaterais <i>Network</i> PT	30/06/2020
▪ <i>Webinar</i> BID sobre oportunidades de negócio na América Latina e Caraíbas e sessão prática	15/07/2020
▪ <i>Webinar</i> BERD: <i>Procurement</i> e <i>Client E-Procurement Portal</i> (ECEPP)	10/09/2020

▪ ADB Business Opportunities Webinar: Focus on climate change, mitigation and adaptation	30/09/2020
▪ Round Table: How can IFC Support your Companies in Emerging Markets - Focus on Manufacturing, Agribusiness And Services	07/10/2020
▪ Webinar "Conhece as oportunidades do mercado das multilaterais para TIC"	05/11/2020
▪ Promoção do Programa de jovens profissionais do Banco Mundial	23/11/2020 02/12/2020
▪ Seminário <i>online</i> – Multilaterais: Enquadramento dos Instrumentos para Mitigar Riscos e Catalisar Operações da Banca (Programa de Formação para Alta Direção)	09/12/2020
▪ 7.ª Edição do <i>Christmas Get Together</i>	21/12/2020

INDICADORES		2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 5.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	87%	[70%;90%]	35%	100%	83%	100% Atingiu

Neste indicador são avaliadas, essencialmente, as atividades realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras. Não obstante as circunstâncias relativas ao ano de 2020 foram realizados um conjunto de iniciativas, em formatos adaptados, tendo sido auscultado o grau de utilidade das mesmas.

Assim, foram avaliadas 6 iniciativas e seminários/missões empresariais tendo obtido um grau de utilidade entre 82% e 87%. A taxa de resposta varia entre 26% e 46%.

INDICADORES		2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 5.3.	Prazo de conclusão das negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	-	[335;365]	30%	300	350	100% Atingiu

Durante o ano de 2020, foi dada continuidade à operacionalização do Compacto para os Países Lusófonos, iniciativa conjunta com o Banco Africano de Desenvolvimento que visa o desenvolvimento do setor privado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, simultaneamente, o apoio ao investimento português nestes países, mediante a utilização de instrumentos de fomento ao investimento (*credit enhancement*), mitigação e partilha de risco, bem como o recurso a assistência técnica a fim de gerar projetos bancáveis.

Em 2020, e como passo subsequente, previa-se a conclusão das negociações dos termos da Garantia de Portugal neste instrumento, tendo o GPEARI dinamizado a referida negociação e emitido os necessários pareceres no âmbito da respetiva área de competências.

06. PROMOVER A INOVAÇÃO, A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS						PLANEADO	EXECUTADO
						40%	40% Atingiu
INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND 6.1.	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (ProjetoSAMA2020)	30%	[50%;70%]	100%	80%	50%	100% Atingiu

O processo de (re)construção da identidade e imagem corporativa do GPEARI tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos, constituindo-se como um projeto transversal a toda a organização. Neste enquadramento, o GPEARI avançou com uma candidatura SAMA2020, com um projeto mais alargado - *SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades*.

Englobado neste projeto, foi desenvolvido o portal do GPEARI, dando resposta à necessidade de projeção externa do GPEARI. Os procedimentos para carregamento dos conteúdos estáticos e definição dos conteúdos dinâmicos no Portal GPEARI ocorreram durante o primeiro semestre de 2020, tendo o lançamento oficial ocorrido no início do segundo semestre de 2020.

Durante o ano de 2020 foram ainda implementadas outras atividades previstas no projeto SIPA, sendo de destacar:

- Levantamento de arquitetura empresarial - aplicações e infraestrutura
- Identificação de processo de negócio, modelação e desmaterialização de processos
- Avaliação de impacto do enquadramento legal e normativo, referente a:
 - Regulamento UE 2016/679: Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);
 - Lei n.º 26/2016: Regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos;
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2017: Iniciativa Papel Zero - aprovação de medidas tendentes à redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão na Administração Pública;
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018: Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID);
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018: Orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação, relativos a dados pessoais (medidas técnicas RGPD);
 - Lei n.º 46/2018: Regime jurídico da segurança do ciberespaço;
 - Versão preliminar, em aprovação: Regime Jurídico da Classificação e Avaliação da Informação Arquivística (RJCAI).

07.	PROMOVER UM AMBIENTE DE TRABALHO POSITIVO	PLANEADO	EXECUTADO
		35%	36,3% Superou

	INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.1.	Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida familiar, profissional e pessoal	3,75	[3,7;3,9]	70%	5	4,1	105,4% Superou

Na revisão dos objetivos estratégicos do GPEARI a componente das pessoas e da sua valorização ganhou preponderância, destacando o capital humano como o principal valor e gerador de valor dentro das organizações modernas. De facto, exige-se uma gestão dos trabalhadores que integre práticas de gestão eficiente e responsável, melhorando a capacitação, a valorização, a retenção e a formação dos recursos, fomentando a cultura organizacional e a produtividade.

Neste enquadramento, o GPEARI tem vindo a implementar medidas que contribuíram para melhorar a promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, profissional e pessoal, sendo de destacar a aprovação de pedidos de horários de trabalho em jornada contínua e de pedidos para modalidade de trabalho em teletrabalho, o que acresce à utilização do crédito horário, a dispensa de aniversário e a dispensa para autoformação. Durante o ano de 2020 e atentos às circunstâncias vivenciadas por todos, a preocupação com o bem-estar global dos recursos humanos, bem como a flexibilidade para a conciliação e gestão de horários foi ainda mais evidente.

No conjunto, estas medidas foram avaliadas através do inquérito de satisfação dos colaboradores, tendo a meta sido superada.

	INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.2.	Prazo de elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho	-	[315;345]	30%	275	344	100% Atingiu

O GPEARI procedeu, durante o ano de 2020, ao Diagnóstico sobre a Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, procurando o desenvolvimento de uma estrutura orientada para a respetiva monitorização, gestão eficaz de recursos e ainda implementação de uma cultura positiva na relação das suas equipas com o meio envolvente de trabalho.

No relatório decorrente desse diagnóstico, foram expostas, de forma exaustiva, as conclusões e resultados das diversas dimensões em avaliação: Higiene, Segurança, Saúde e Bem-Estar, Equipamentos de Trabalho, Prevenção e Formação e ainda Reparação de Acidentes.

Os resultados desta análise contribuirão para uma reflexão interna, no sentido de melhorar as condições de HSST, tendo já sido identificados um conjunto de medidas prioritárias para o ano de 2021.

OBJETIVOS DE QUALIDADE	PLANEADO	EXECUTADO	Superado
	20%	21,3%	

08.	MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO GPEARI	PLANEADO	EXECUTADO
		100%	106,5% Superou

INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 8.1. Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	4,33	[4,20;4,50]	35%	5	4,83	118,5% Superou

Os gabinetes governamentais são os principais clientes dos serviços prestados pelo GPEARI, refletindo este indicador a avaliação da satisfação deste grupo de clientes. O resultado em 2020 cifrou-se acima do previsto, atingindo um valor de excelência (4,83), acima dos resultados dos últimos anos.

Também a taxa de resposta dos elementos das equipas dos gabinetes ministeriais se mostrou bastante positiva, atingindo os 21,2%, muito acima dos valores verificados em anos anteriores, cuja participação não atingia os 10%.

Informação mais detalhada consta do capítulo 2.6 deste relatório e no anexo 3.

INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 8.2. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,18	[4,05;4,25]	35%	5	4,21	100% Atingiu

A satisfação média global dos utilizadores alcançou um valor de 4,21, em linha com a tendência de crescimento verificado ao longo dos últimos anos avaliados (2019 - 4,18; 2018 - 4,16), mantendo-se na classificação Bom e alcançando a meta estabelecida no QUAR [4;4,2].

A taxa de resposta aos questionários foi de 18,8%, acima da taxa registada em 2019 (18,5%) e muito acima do obtido em 2018 (8,6%) e 2017 (14%), tendo sido enviados um total de 432 questionários.

Informação mais detalhada consta do capítulo 2.6 deste relatório e no anexo 3.

INDICADORES	2019	META 2020	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2020	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 8.3. Prazo de lançamento da newsletter	-	[300;360]	30%	270	360	100% Atingiu

O lançamento do Portal do GPEARI no início do segundo semestre representou uma evolução fundamental na política de reconstrução da identidade corporativa, em particular no que à comunicação e visibilidade externa diz respeito. Neste enquadramento, foram criadas várias maquetes com a estrutura de conteúdos a constar na futura newsletter do GPEARI, tendo esta sido apresentadas a utilizadores-chave para teste de conceito. O seu lançamento oficial ocorrerá em 2021, conforme previsto.

B. Atividades Extra-QUAR

Para além dos objetivos operacionais identificados no QUAR, foram ainda definidos, tal com referido anteriormente, um conjunto de objetivos, denominados extra-QUAR, que completam o portfólio de serviços, atribuições e atividades do GPEARI, e foram medidos através de 16 indicadores, dos quais 94% foram superados ou cumpridos.

Quadro 1. Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR

	META	RESULTADO	UO
EQ1. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental			
EQ1.1. Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	302-322	323 ●	DAEP; DPFP
Publicações e relatórios estatísticos			
			n.º
▪ Boletim Mensal da Economia Portuguesa (parceria)			12
▪ Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura			252
▪ Dossier de Indicadores de Conjuntura			12
▪ Notas - Situação Económica Internacional			10
▪ Atualização Indicadores Coincidentes			3
▪ <i>Portugal Latest Key Development</i>			12
▪ Dossiers Finanças Públicas (PT e CI)			8
▪ Nota da dívida			12
▪ <i>Pager</i> Anual sobre o retorno para Portugal da participação nas IFI			2
EQ2. Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais			
EQ2.1 Número de reportes às instituições europeias e internacionais	85-115	110 ●	DPGE
Destaca-se o elevado número de reportes relativos ao <i>week developments</i> e <i>data provision</i> .			
EQ3. Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e das outras missões regulares de instituições europeias e internacionais			
EQ3.1 Número de reuniões organizadas	65-85	82 ●	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE
EQ3.2 Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões (contado a partir do último dia de cada missão semestral - em dias)	6-10	9 ●	DPGE

	META	RESULTADO	UO
EQ3.3 Número de reportes decorrente das missões regulares de instituições europeias e internacionais	55-75	37 ●	DPGE
<p>Foram realizadas duas missões de acompanhamento e supervisão Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, sendo que em 2020 não se organizaram as habituais missões do FMI (no âmbito do Artigo IV) e da Comissão Europeia (a referente ao Semestre Europeu). Realizou-se no entanto, em dezembro, a missão técnica da OCDE do Exame Económico a Portugal, missão cujos reportes foram limitados, tendo alguns sido apenas enviados em 2021.</p>			
EQ4. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido			
EQ4.1 Número de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	7-9	12 ●	DPGE; DSF; DCMIPE
<p>O número de pedidos relativos à posição portuguesa no âmbito do Brexit, que o GPEARI coordenou no MF a definição das orientações estratégicas, preparação e contingência para todos os potenciais cenários, contribuindo para o Plano de Preparação e Contingência, excedeu ligeiramente as expectativas, facto que se justifica pelos sucessivos adiamentos do Brexit.</p>			
EQ5. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia			
EQ5.1 Nº de resposta a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual	18-22	37 ●	DPGE
<p>Destaque para o elevado número de pedidos de posição do Ministério das Finanças relativamente às propostas para instrumentos setoriais no contexto do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para o período 2021 a 2027.</p>			
EQ6. Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica			
EQ6.1 Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	11-15	20 ●	DCRI
<p>O GPEARI assegurou a coordenação da posição nacional no âmbito da emissão de 15 acordos de princípio a financiamentos do BEI e do CEB, em áreas que vão do apoio a Pequenas e Médias Empresas (PME) e empresas de capitalização média (MidCaps), ao apoio ao setor da energia, água e saneamento e de gestão de resíduos sólidos.</p> <p>Foi, igualmente, emitida uma recomendação no âmbito do processo de negociação da 12.^a reconstituição de recursos do Fundo Asiático de Desenvolvimento (FAsD13). Adicionalmente, foram iniciados quatro processos de aprovação de contribuições para as IFI na ordem jurídica interna (2 no âmbito do Banco Africano de Desenvolvimento e 2 no âmbito do Banco Mundial).</p>			

	META	RESULTADO	UO
EQ7. Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros			
EQ7.1 Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	3-5	4 ●	DCRI
EQ7.2 Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE	7-9	8 ●	DCRI
EQ7.3 Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	50%-70%	78% ●	DCRI
<p>Mantiveram-se os procedimentos de acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e o Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe. O contexto da pandemia tornou mais desafiante a elaboração dos relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial, mas a colaboração das autoridades cabo-verdianas e santomenses, a par do empenho dos quadros do GPEARI, permitiu elaborar os relatórios previstos nos termos dos Acordos e manter o acompanhamento da execução dos mesmos.</p>			
EQ8. Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)			
EQ8.1 % de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1	80%-90%	81% ●	DADO
EQ8.2 Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	4-6	4 ●	DADO
EQ8.3 Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	2-4	3 ●	DADO
<p>Os procedimentos de acompanhamento dos ciclos de gestão dos serviços sujeitos a SIADAP1 foram desenvolvidos, maioritariamente, em cumprimentos dos prazos legais. Neste âmbito, ao longo do ano, foram realizados 6 processos de validação do QUAR, 8 processos de monitorização do QUAR e 7 pareceres de análise crítica da autoavaliação dos serviços do MF.</p> <p>Os reporte do acompanhamento da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas ocorreram dentro do previsto, tendo adicionalmente sido prestado apoio ao apuramento de informação para comunicação à Comissão Europeia.</p> <p>Relativamente às questões da política da igualdade, foi elaborado o planeamento das medidas previstas no IV Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos e o planeamento e relatório intercalar da execução das medidas previstas na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação e foram ainda prestados contributos para o Relatório de atividades 2020 e Plano de Atividades 2021 da Comissão Nacional para os Direitos Humanos.</p>			

		META	RESULTADO	UO																																							
EQ9. Melhorar o ambiente de controlo interno																																											
EQ9.1 % de instrumentos de controlo de gestão atualizados e/ou elaborados (acumulado)		90%-100%	95% ●	DADO																																							
<p>Enquadrado num esforço de melhoria da eficiência dos procedimentos de controlo de gestão, atividades e desempenho foram revistos e elaborados um conjunto de instrumentos para controlo interno, com destaque para a Aplicação de Gestão de Inventário, o Código de Conduta e o mapa de afetação do parque informático. Foi ainda iniciado o levantamento dos processos com vista à revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo sido elaborada uma versão preliminar.</p>																																											
EQ10. Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC																																											
EQ10.1 Grau de satisfação dos utilizadores internos		3,65-4,05	4,1 ●	DADO																																							
<p>O grau de satisfação organizacional com as áreas de suporte apontam para níveis de serviço de qualidade.</p>																																											
<p>SATISFAÇÃO COM ÁREAS DE APOIO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Área</th> <th>Métrica</th> <th>Valor</th> <th>Face a 2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="2">SECRETARIADO</td> <td>TEMPO DE RESPOSTA</td> <td>4,28</td> <td>Melhorou</td> </tr> <tr> <td>QUALIDADE DA RESPOSTA</td> <td>4,19</td> <td>Melhorou</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">RH, FIN E ECONOMATO</td> <td>TEMPO DE RESPOSTA</td> <td>4,20</td> <td>Melhorou</td> </tr> <tr> <td>QUALIDADE DA RESPOSTA</td> <td>4,14</td> <td>Melhorou</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">TIC HELPDESK</td> <td>TEMPO DE RESPOSTA</td> <td>4,43</td> <td>Melhorou</td> </tr> <tr> <td>QUALIDADE DA RESPOSTA</td> <td>4,43</td> <td>Melhorou</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">GESTÃO DOCUMENTAL FABASOFT</td> <td>TEMPO DE RESPOSTA</td> <td>3,71</td> <td>Piorou</td> </tr> <tr> <td>QUALIDADE DA RESPOSTA</td> <td>3,61</td> <td>Piorou</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">SISTEMA ASSIDUIDADE SARA</td> <td>TEMPO DE RESPOSTA</td> <td>4,14</td> <td>Melhorou</td> </tr> <tr> <td>QUALIDADE DA RESPOSTA</td> <td>4,09</td> <td>Melhorou</td> </tr> </tbody> </table> <p> TEMPO DE RESPOSTA QUALIDADE DA RESPOSTA MELHOROU FACE A 2019 PIOROU FACE A 2019 </p>					Área	Métrica	Valor	Face a 2019	SECRETARIADO	TEMPO DE RESPOSTA	4,28	Melhorou	QUALIDADE DA RESPOSTA	4,19	Melhorou	RH, FIN E ECONOMATO	TEMPO DE RESPOSTA	4,20	Melhorou	QUALIDADE DA RESPOSTA	4,14	Melhorou	TIC HELPDESK	TEMPO DE RESPOSTA	4,43	Melhorou	QUALIDADE DA RESPOSTA	4,43	Melhorou	GESTÃO DOCUMENTAL FABASOFT	TEMPO DE RESPOSTA	3,71	Piorou	QUALIDADE DA RESPOSTA	3,61	Piorou	SISTEMA ASSIDUIDADE SARA	TEMPO DE RESPOSTA	4,14	Melhorou	QUALIDADE DA RESPOSTA	4,09	Melhorou
Área	Métrica	Valor	Face a 2019																																								
SECRETARIADO	TEMPO DE RESPOSTA	4,28	Melhorou																																								
	QUALIDADE DA RESPOSTA	4,19	Melhorou																																								
RH, FIN E ECONOMATO	TEMPO DE RESPOSTA	4,20	Melhorou																																								
	QUALIDADE DA RESPOSTA	4,14	Melhorou																																								
TIC HELPDESK	TEMPO DE RESPOSTA	4,43	Melhorou																																								
	QUALIDADE DA RESPOSTA	4,43	Melhorou																																								
GESTÃO DOCUMENTAL FABASOFT	TEMPO DE RESPOSTA	3,71	Piorou																																								
	QUALIDADE DA RESPOSTA	3,61	Piorou																																								
SISTEMA ASSIDUIDADE SARA	TEMPO DE RESPOSTA	4,14	Melhorou																																								
	QUALIDADE DA RESPOSTA	4,09	Melhorou																																								

Todas as unidades orgânicas registaram atividades além das planeadas, descrevendo-se no Anexo 4. as principais áreas de intervenção de cada Departamento, bem como uma síntese do seu desempenho e principais resultados. São ainda justificados os desvios positivos e negativos dos resultados face ao planeado.

2.3. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE

O ano de 2020 foi marcado pela eclosão da pandemia da COVID-19 que veio exigir uma adaptação súbita e profunda nos métodos de trabalho, comunicação e interação, nomeadamente ao colocar e manter as equipas em teletrabalho durante a maior parte do ano.

Ainda neste contexto, o GPEARI verificou um aumento das solicitações ao ter sido chamado a contribuir para o debate e análise das diversas iniciativas que a União Europeia e outras organizações internacionais têm vindo a desenvolver, para apoiar os esforços dos Estados-membros e dos países em desenvolvimento na resposta à atual situação de saúde pública e à recuperação económica.

Para além dos desafios evidentes impostos pela pandemia, à semelhança dos últimos anos, foi necessário um esforço acrescido para dar resposta tempestivamente às crescentes solicitações colocadas pela envolvente económica e financeira nacional e europeia e pela articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios e serviços públicos.

Por outro lado, a dificuldade de contratação de pessoal especializado, associado à elevada rotatividade dos técnicos superiores especialistas no GPEARI, tem sido um constante fator crítico à prossecução da atividade e dos objetivos anuais. Neste contexto, não tem sido possível o preenchimento do mapa de pessoal definido para fazer face às exigências de cada ano, o que aumenta o nível de pressão e esforço colocado no corpo de trabalho do GPEARI, quer para responder às diferentes solicitações, quer para aprofundar certas temáticas de natureza mais abrangente. Adicionalmente, surge a dificuldade em realizar uma adequada retenção de *know-how* no GPEARI.

2.4. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

Nos últimos anos, a melhoria do desempenho organizacional tornou-se numa das prioridades na gestão do GPEARI e, por conseguinte, a adoção de medidas que contribuam para uma performance mais efetiva e para a satisfação e motivação dos colaboradores têm sido forte aposta.

Importa relembrar, a este respeito um conjunto de três processos iniciados em 2018 com o objetivo de reforçar o desempenho organizacional do GPEARI. Trata-se de três candidaturas cuja aprovação ocorreu em 2019 e tiveram forte impacto também durante o ano de 2020:

- Projeto SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades, foi lançado o novo do portal do GPEARI e foram implementadas um conjunto de melhorias na gestão dos processos, nomeadamente no âmbito da modelação de processos e avaliação de impacto do enquadramento legal e normativo, designadamente na ótica da proteção de dados pessoais, acesso à informação administrativa e ambiental, redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão, interoperabilidade digital, arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação, segurança do ciberespaço e classificação e avaliação da informação arquivística;
- A certificação enquanto *research entity* da Eurostat que permite o acesso a bases de microdados, potenciando o desenvolvimento de trabalhos e investigação;
- A participação no Programa de Apoio às Reformas Estruturais da Comissão Europeia, consubstanciado em apoio técnico especializado e ações de formação (STATA, avaliação ex-post, QUEST III e avaliação de reformas estruturais).

Neste enquadramento, e durante o ano de 2020, o GPEARI envidou novos esforços para melhorar a sua capacidade, designadamente através da:

- Candidatura ao *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia para participação no *Green Budgeting Framework Training Programme*;
- Candidatura ao *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia para apoio a um projeto de consultadoria do Banco Mundial tendente ao desenvolvimento de um novo modelo macroeconómico para a economia portuguesa;

- Adesão ao GERProj 2.0., ferramenta que permite facilitar e agilizar a elaboração do Plano de Atividades e QUAR, identificando as atividades, objetivos, indicadores e metas, bem como do Relatório de Atividades, produzindo relatórios para os diversos níveis da organização, potenciando a análise dos resultados e eventuais desvios. Esta plataforma encontra-se em desenvolvimento pela eSPap, num modelo de participação colaborativa com o GPEARI e a SGMF, para definição de requisitos e funcionalidades.

A preocupação com uma gestão mais eficiente e eficaz dos seus recursos disponíveis tem levado a que se procure implementar mecanismos que potenciem a produtividade e reforcem a cultura organizacional. Este foi um desafio que se sentiu ainda com mais intensidade em 2020, devido ao contexto da pandemia da COVID-19.

Ao longo do ano, no sentido de promover a cultura interna, foram dinamizados momentos de partilha e interação on-line, designadamente com reuniões plenárias e também reuniões de Direção, partilhadas com todos os dirigentes, com o intuito de definir estratégias e alinhar áreas de atuação, bem como de lançamento de trabalhos transversais.

Em resultado do questionário de satisfação dos colaboradores relativo ao ano de 2020 foram desenhadas medidas a implementar em 2021. Estas medidas vão ao encontro do reforço da comunicação e envolvimento dos trabalhadores, participação destes na gestão e também da responsabilidade social do GPEARI.

2.5. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES

A auscultação do ambiente organizacional é um vetor fundamental para compreender as necessidades presentes no organismo e poder definir estratégias de melhoria e crescimento, mitigando as situações que possam consubstanciar riscos de insatisfação, desmotivação e descomprometimento. Com esta premissa, o GPEARI aplica anualmente um questionário para avaliar o grau de satisfação dos colaboradores, que agrega um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percebem a organização.

O instrumento de inquirição conta com 28 questões que abrangem cinco dimensões:



Para além das questões atrás referidas, foi também avaliado um conjunto de áreas específicas de apoio e suporte, nomeadamente as áreas de Secretariado, Recursos Humanos, Financeiros e Económico, Sistemas de Informação (Helpdesk), Sistema de Gestão Documental e ainda Sistema de Assiduidade, avaliados relativamente ao tempo de resposta às solicitações e à qualidade da resposta dada.

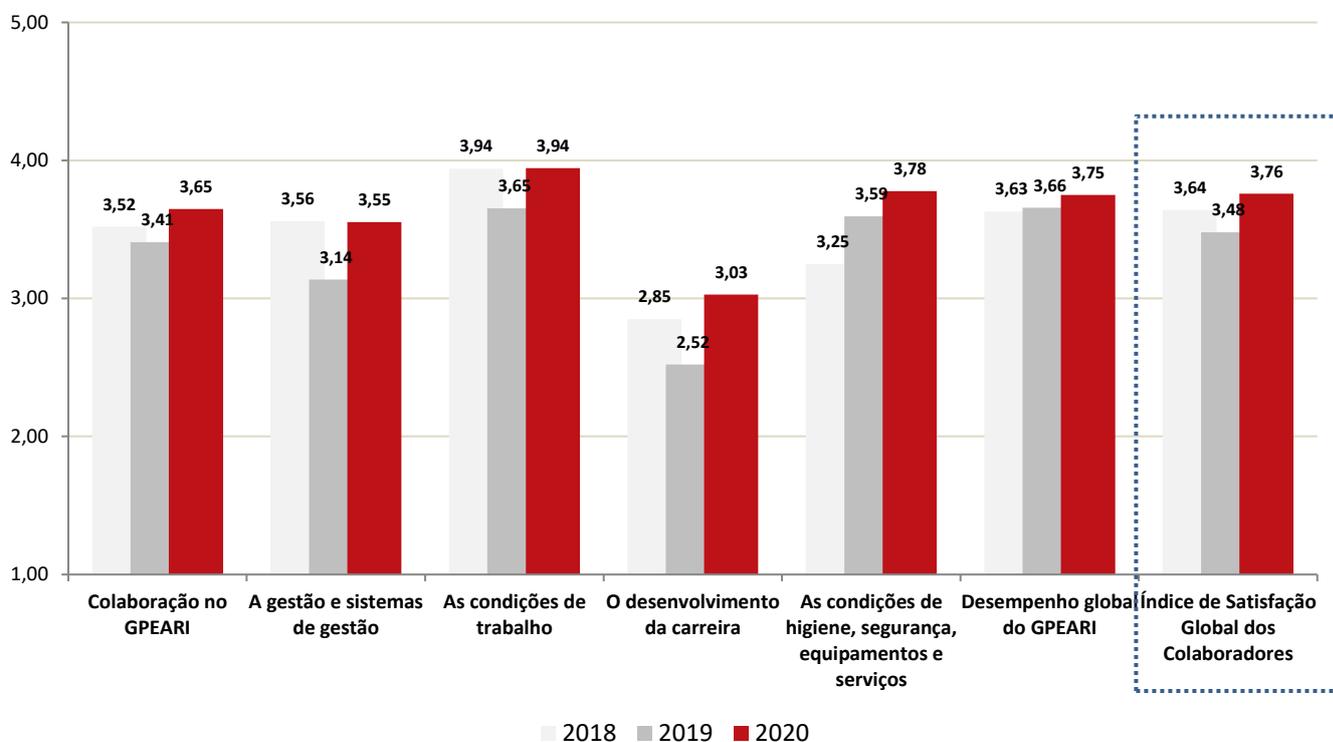
O processo de inquirição foi realizado entre os dias 18 de janeiro a 21 de janeiro de 2021, tendo sido enviados questionários para os 55 colaboradores elegíveis e recebidas 36 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 65,5%.⁵

Tratando-se 2020 de um ano completamente atípico, devido à pandemia causada pela COVID-19, este processo de auscultação dos colaboradores mostrou-se ainda mais relevante. A necessidade de adaptação e reformulação dos processos de trabalho, com a adoção do trabalho remoto e a consequente mudança física de local de trabalho, associada às incertezas e mudanças verificadas ao longo do ano, trouxe ao GPEARI um desafio inesperado, relativamente ao qual procurou dar uma resposta eficaz, com a utilização das novas tecnologias de forma mais intensa.

⁵ Superior à registada no ano anterior (61,5%) e igual à registada no inquérito de satisfação relativo a 2018.

Em termos gerais, da análise dos resultados do questionário de satisfação dos colaboradores do GPEARI, relativo ao ano de 2020, mostra que a satisfação média global dos colaboradores do GPEARI foi de 3,76, verificando-se uma ligeira subida face a 2019 (3,48) e a 2018 (3,64).

Gráfico 2. Satisfação média global dos Colaboradores



Em 2020, todas as dimensões continuaram a ter nota positiva, resultando num aumento de satisfação considerável e generalizado. Em particular, podem ser destacadas as seguintes conclusões:

- A dimensão com um nível de satisfação mais elevado continuou a ser a que reflete a avaliação sobre as condições de trabalho, que obteve um nível de satisfação de 3,94. Verificou-se, inclusive, um aumento da satisfação comparativamente a 2019 (3,65) e em todos os seus itens, que passam pela avaliação do ambiente geral de trabalho, funções desempenhadas ou igualdade de tratamento e autonomia.
- Relativamente aos itens específicos, os que registaram maior grau de satisfação foram o *contributo na prossecução da missão do GPEARI* (4,17), *hardware, software e equipamentos de comunicação disponíveis* (4,17) e *a comunicação com a Chefia Direta da equipa onde está inserido/a* (4,06). Em todos estes 3 itens, registou-se uma subida, face a 2019, em cerca de +0,04, +0,01 e +0,37, respetivamente.
- A dimensão com menor grau de satisfação continua a ser o desenvolvimento da carreira (3,03), embora com um valor de satisfação significativamente superior ao registado em 2019 (2,52). Para além do anteriormente referido, também obtiveram pontuação mais baixa os itens

relativos à *política de gestão de recursos humanos* (3,11), *as oportunidades criadas para desenvolver novas competências* (3,03) e, por último, *as ações de formação realizadas até ao presente* (2,94). Nestes 3 itens, registou-se, no entanto, uma subida, face a 2019, em cerca de +0,28 e +0,47, respetivamente, tendo as *ações de formação realizadas até ao presente* uma subida de +0,78.

- Foram sugeridos, como fatores a desenvolver, a melhoria da comunicação (sobretudo a comunicação interna, comunicação estratégica e circulação da informação), bem como a realização de mais projetos interdepartamentais, mais reuniões e mais partilha de assuntos transversais.
- Foi também realizado um apelo a uma maior autonomia dos técnicos e chefias intermédias, ao recrutamento de mais colaboradores, em virtude de algumas equipas se encontrarem reduzidas para a extensão de funções que desempenham, e a uma maior aposta na formação profissional, sobretudo formações internas e investimento na capacitação dos seus trabalhadores.
- Em 2020, voltou a reforçar-se a necessidade de melhoria das condições de trabalho, designadamente, no que diz respeito à limpeza e higiene das instalações, melhoria dos computadores e meios informáticos.

Foram ainda recolhidas observações, comentários e sugestões cujo processo de tratamento e análise resultará na revisão de medidas de melhoria que têm vindo a ser adotadas, dentro das limitações existentes na maioria dos serviços públicos e dos serviços de pequena dimensão, em particular.

Verifica-se assim que, apesar das dificuldades ocorridas em 2020, o GPEARI apresentou, no geral, uma melhoria de resultados de satisfação em comparação com 2019, fruto do contínuo esforço por criar um ambiente de trabalho positivo, permitindo que todos pudessem continuar a progredir, criando sentido de compromisso com a missão e objetivos comuns e potenciando a realização profissional.

No anexo A3. pode consultar-se um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Colaboradores*.

2.6. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES E STAKEHOLDERS

A aferição da satisfação dos utilizadores é uma componente fundamental do processo de autoavaliação e, por isso, o GPEARI tem persistentemente lançado um questionário onde se inclui a avaliação das quatro seguintes dimensões, através de 10 questões, avaliadas numa escala de um (Mau) a cinco (Excelente):



Para além da análise à satisfação dos utilizadores relativamente aos aspetos descritos, tentou apurar-se igualmente a posição relativa do GPEARI face a outros organismos - numa escala de um (Muito Pior) a cinco (Muito Melhor) e o impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho da sua organização - numa escala de um (Irrelevante) a cinco (Muito Importante).

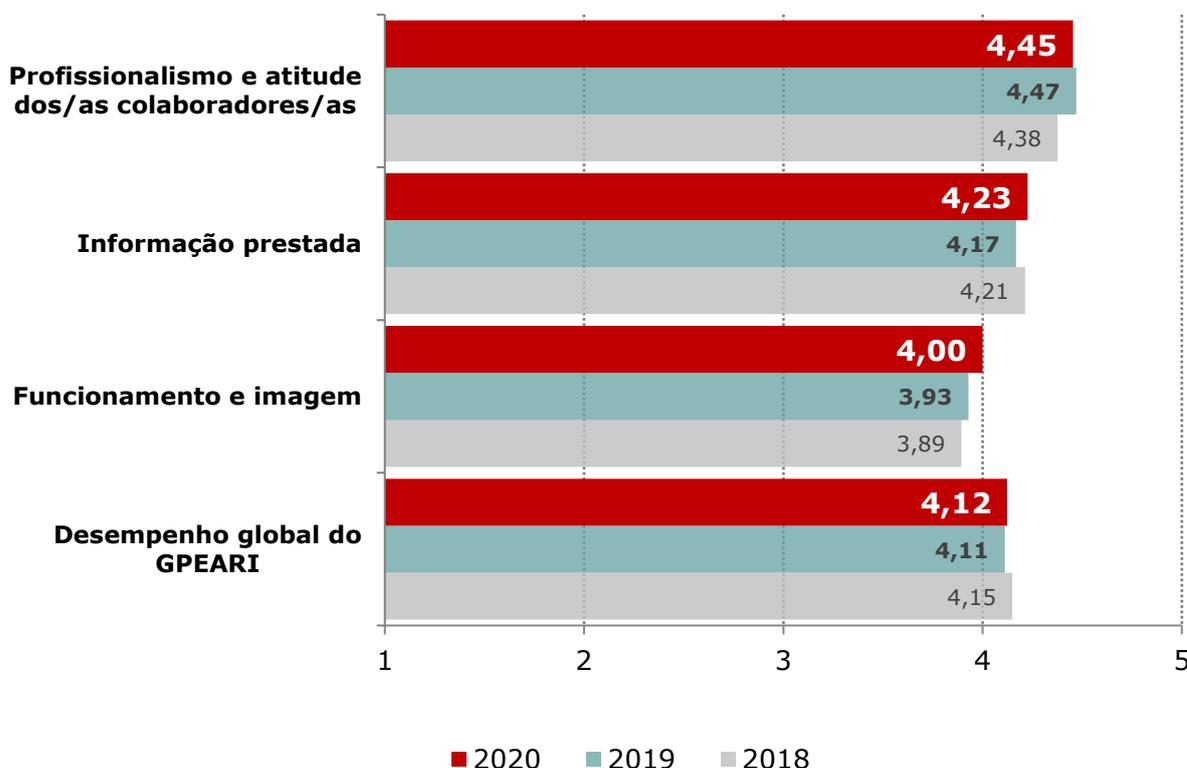
A taxa de resposta aos questionários foi de 18,8%, acima da taxa registada em 2019 (18,5%) e muito acima do obtido em 2018 (8,6%) e 2017 (14%), tendo sido enviados um total de 432 questionários. Importa destacar, a este respeito, o esforço de afinação das listas de contactos e principais utilizadores, bem como o procedimento de envio e alertas para o preenchimento do questionário, de uma forma mais apelativa e interativa com o utilizador, tentando mitigar (com sucesso) a tendência de esgotamento que estas metodologias têm vindo a demonstrar.

A satisfação média global dos utilizadores alcançou um valor de 4,21, em linha com a tendência de crescimento verificado ao longo dos últimos anos avaliados (2019 - 4,18; 2018 - 4,16), mantendo-se na classificação *Bom* e atingindo a meta estabelecida no QUAR [4,05;4,25].



Este valor resulta da média das quatro dimensões do questionário, destacando-se valores muito positivos em todas elas, em particular nas dimensões relativas ao *Profissionalismo e atitude dos colaboradores* e *Informação prestada*, em que atingiram um índice de satisfação mais elevado com 4,45 e 4,23, respetivamente.

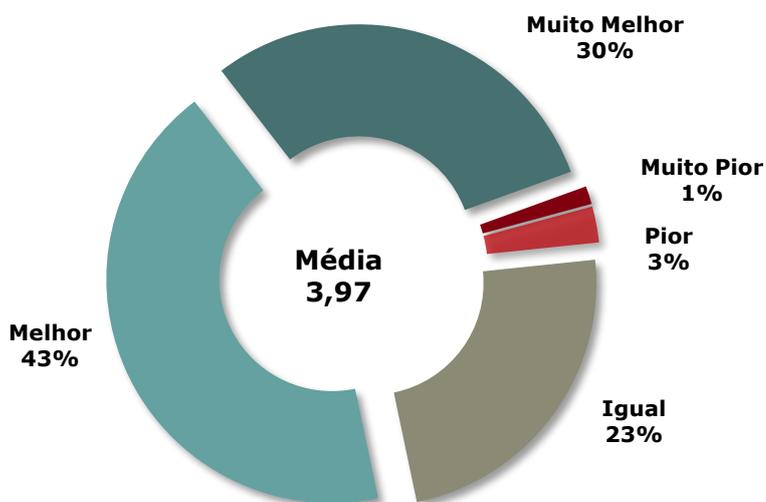
Gráfico 3. Satisfação média global dos Utilizadores, por dimensão



Os itens com grau de satisfação mais elevados voltaram a ser, tal como nos últimos cinco anos, a Cortesia dos colaboradores com 4,63 e a Competência técnica dos colaboradores com 4,42. O item com menor grau de satisfação voltou a ser o que diz respeito às Melhorias implementadas recentemente na prestação do serviço, embora tenha melhorado ligeiramente o seu resultado (de 3,86 pontos para 3,94 pontos).

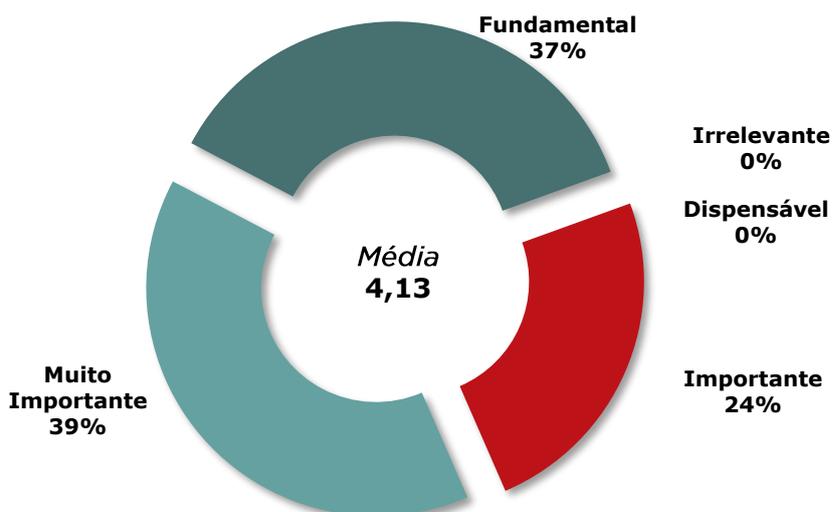
A comparação da prestação do GPEARI com outros organismos públicos mostrou que 73% dos utilizadores considerou *Melhor* ou *Muito Melhor* a atuação do GPEARI face aos demais organismos com que se relacionam (75% em 2019, 77% em 2018 e 72% em 2017), tendo melhorado o resultado médio (de 3,84 em 2019, para 3,96 em 2020).

Gráfico 4. Comparação do GPEARI com outros organismos públicos



Relativamente ao Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI, 37% dos utilizadores inquiridos consideram *Fundamental* os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho (34% em 2019, 32% em 2018 e 21% em 2017), verificando-se um aumento desta categoria, por contraponto da categoria seguinte: 39% consideram *Muito Importante* (42% em 2019, 41% em 2018 e 50% em 2017) os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho.

Gráfico 5. Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho dos outros organismos



Encontra-se no anexo A3. um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Utilizadores*.

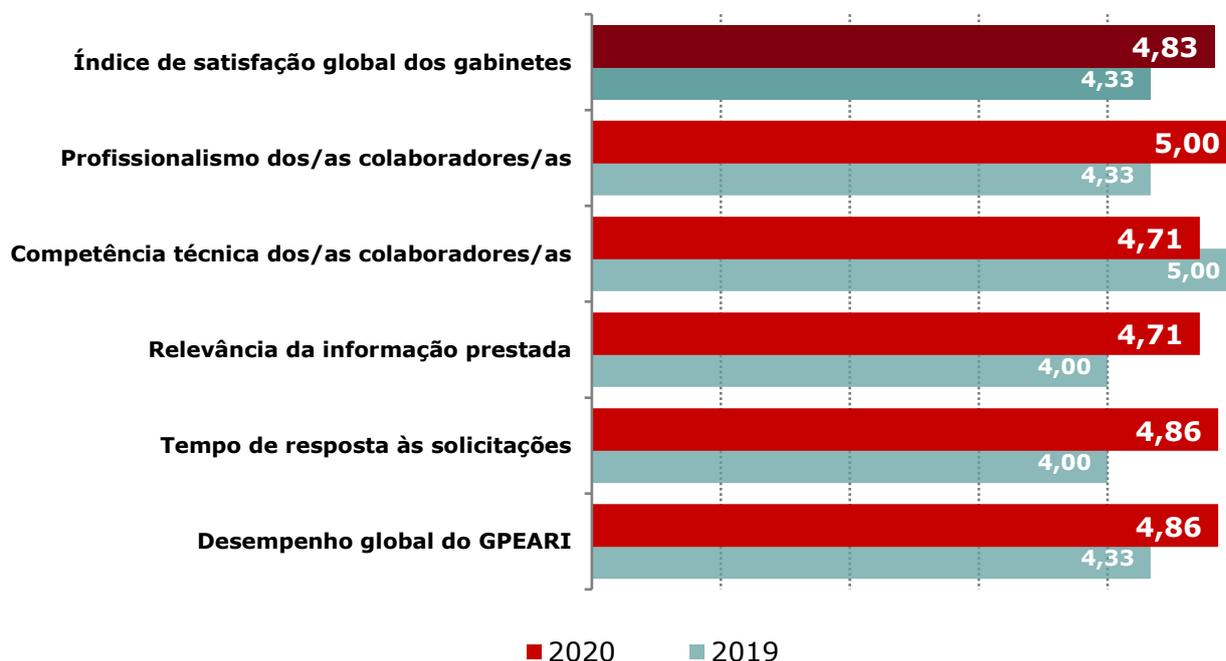
GABINETES

Sendo os gabinetes governamentais os principais clientes dos serviços prestados pelo GPEARI, a aferição do seu nível de satisfação reveste-se da maior importância no sentido de poderem ser identificados os fatores críticos conducentes à melhoria dos seus modos de atuação e produtos.

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação, que contaram com uma taxa de resposta de 21,2 %, tendo esta sido inferior às de anos anteriores, embora o número de inquiridos da equipa política do Ministério das Finanças também tenha aumentado (o número de respondentes não se alterou significativamente).

O questionário é constituído por cinco questões, avaliadas numa escala de um (Muito Fraco) a cinco (Muito Bom), pretende avaliar as seguintes dimensões: i) Desempenho global; ii) Tempo de resposta; iii) Relevância da informação; iv) Competência técnica e v) Profissionalismo.

Gráfico 6. Satisfação média global dos Gabinetes do MF



Em relação ao grau de satisfação destes utilizadores verificou-se que foi de 4,83, observando-se uma subida face ao registado no ano anterior (4,33).

2.7. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno encontra-se devidamente caracterizado no anexo A5, encontrando-se cumpridos a generalidade dos itens aplicáveis:

Ambiente de controlo

- Estão garantidos as principais regras de cumprimentos da legalidade, regularidade e boa gestão, estando definidos os valores éticos e de integridade que regem o serviço e privilegiando-se uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas.

Estrutura organizacional

- Obedece às regras definidas legalmente, verificando-se a aplicação da avaliação de desempenho (SIADAP 2 e 3) à totalidade dos colaboradores. Foi ainda garantida formação aos colaboradores, essencialmente gratuita e/ou interna ou decorrente de candidaturas a formação por entidades internacionais (PARE)

Atividades e procedimentos de controlo administrativo

- As atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço estão garantidos, existindo alguns manuais de procedimentos para determinados processos, estando as responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos definidas, embora ainda não totalmente formalizadas. A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadecem com sistemas rotativos. O GPEARI detém um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, tendo sido iniciado o seu processo de revisão durante o ano de 2020.

Fiabilidade dos sistemas de informação

- As aplicações, nomeadamente de suporte ao processamento de dados, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
- Estão garantidos os requisitos de segurança relativamente a acessos às áreas partilhadas e a política de backups salvaguarda a informação dos computadores de rede.

3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

No que respeita a **recursos humanos**, o mapa de pessoal para 2020 previa 72 lugares, tendo o GPEARI, a 31 de dezembro, 61 colaboradores em exercício de funções, onde se inclui o pessoal em regime de mobilidade (7 técnicos superiores) e em cedência de interesse público (5 técnicos superiores, sendo que 1 desempenhava funções de coordenação).

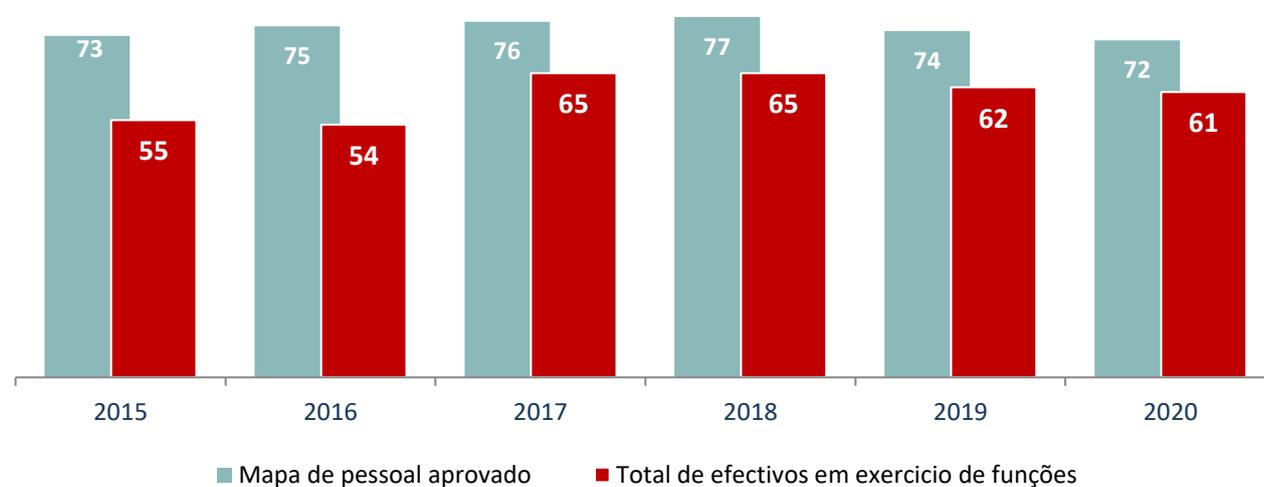
Os lugares previstos e ocupados no mapa de pessoal estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2. Mapa de pessoal para 2020 – lugares previstos e ocupados

DESIGNAÇÃO	Lugares Previstos	Colaboradores a 31 de dezembro	Taxa de Execução
Dirigentes - Direção superior	3	3	100%
Dirigentes - Direção intermédia	16	12	75%
Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas e Técnico Superior*	45	40	89%
Coordenador Técnico	1	1	100%
Técnico de Informática	3	2	67%
Assistente Técnico	3	2	67%
Assistente Operacional	1	1	100%
Total	72	61	85%

*Inclui 7 técnicos superiores em mobilidade, 5 em regime de ACIP (acordo de cedência de interesse público) e 1 perito nacional destacado

Gráfico 7. Mapa de pessoal e efetivos em exercício de funções – 2015 a 2020



As dificuldades de recrutamento no universo da administração pública não se têm atenuado, não tendo sido possível preencher a totalidade dos lugares previstos no mapa de pessoal.

Em termos de indicadores gerais, o pessoal em exercício de funções no GPEARI, em 2020, apresentava a seguinte caracterização:

- Média etária baixa: 44 anos, não existindo grandes disparidades entre a média etária dos homens (43 anos) e das mulheres (44 anos), sendo um valor inferior à média da Administração Pública (48,7 anos - segundo o Boletim Estatístico do Emprego Público nº 20/2020);
- Género: existe um predomínio do sexo feminino. A taxa de feminização é de 61%, mantendo-se o mesmo valor face à taxa registada em 2019. No grupo dos dirigentes intermédios continua a verificar-se uma taxa de feminização ainda mais evidente (75%);
- Elevada taxa de habilitação superior: 90% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), consideravelmente superior à média da Administração Central (cujo valor mais recente disponível é de 53,7%, segundo o Boletim Estatístico do Emprego Público nº 20/2020, de junho de 2020). A maior parte dos colaboradores do GPEARI são técnicos superiores (Índice de tecnicidade de 66%);
- Absentismo: verificou-se um aumento na taxa de absentismo geral (de 3% em 2019, para 4% em 2020, essencialmente devido ao gozo de dias na proteção da parentalidade e decorrente de acidente de trabalho);
- Encargos com pessoal: as despesas com pessoal ascenderam a 2,11 milhões de euros, havendo uma diminuição, face a 2019, do valor total despendido nas remunerações base e suplementos remuneratórios, explicado, em parte pela diminuição e rotação de trabalhadores e também pela baixa execução de ajudas de custo em virtude da quase inexistência de deslocações, devido à pandemia;
- Formação: em 2020 verificaram-se 113 participações em ações de formação num total de 1087 horas. Destas, cerca de 53 participações foram realizadas à distância (online). O aumento elevado do nº de horas de formação relativamente a 2019 (de 605 horas para 1087 horas em 2020) ocorreu primordialmente pelo facto de ter existido uma maior aposta na formação online, influenciada pela situação social e pandémica COVID-19, que atualmente se vive.

Informação adicional, relativa à área de recursos humanos, pode ser consultada na síntese dos principais indicadores do Balanço Social do GPEARI, disponível no anexo 7 do presente relatório.

Em termos de **recursos financeiros**, o orçamento global aprovado para o ano de 2020 ascendeu a 3,466 milhões de euros, que contabiliza 71.717 euros relativos a um projeto cofinanciado do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), provenientes da fonte de financiamento 211 (FEDER).

Ao orçamento inicial foram aplicadas as normais restrições, decorrentes da Lei do Orçamento do Estado 2020 e do Decreto-Lei de Execução Orçamental em vigor, que resultaram numa redução da dotação inicial, da qual se executaram 2,463 milhões de euros.

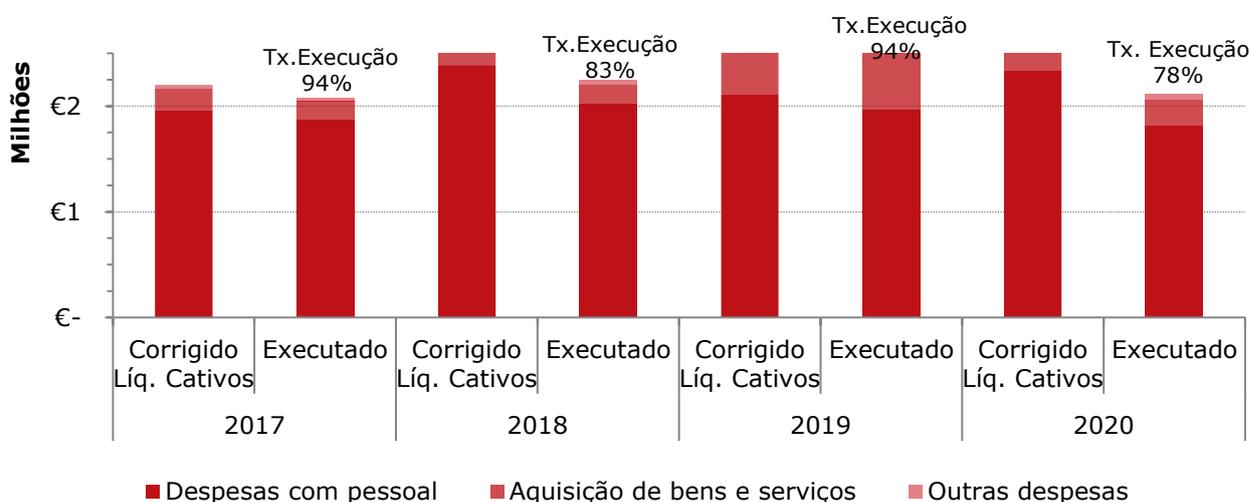
Quadro 3. Recursos Financeiros em 2020

	Dotação Inicial	Dotação Corrigida Líquida de Cativos	Executado	
Orçamento de Atividades				
Funcionamento Geral	€ 2 813 850,00	€ 2 724 141,00	€ 2 113 117,24	77,6%
Funcionamento Cooperação	€ 526 566,00	€ 390 252,00	€ 308 158,53	79,0%
Orçamento de Projetos				
	€ 125 930,00	€ 125 930,00	€ 41 983,36	33,3%
TOTAL	€ 3 466 346,00	€ 3 240 322,00	€ 2 463 259,13	76,0%

Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 01.04.2021

Relativamente ao orçamento de Funcionamento - Geral, o valor executado ascendeu a 2,113 milhões de euros (78%), salientando-se o peso das despesas com o pessoal (86%), seguido de aquisição de bens e serviços (12%) e Investimento (3%).

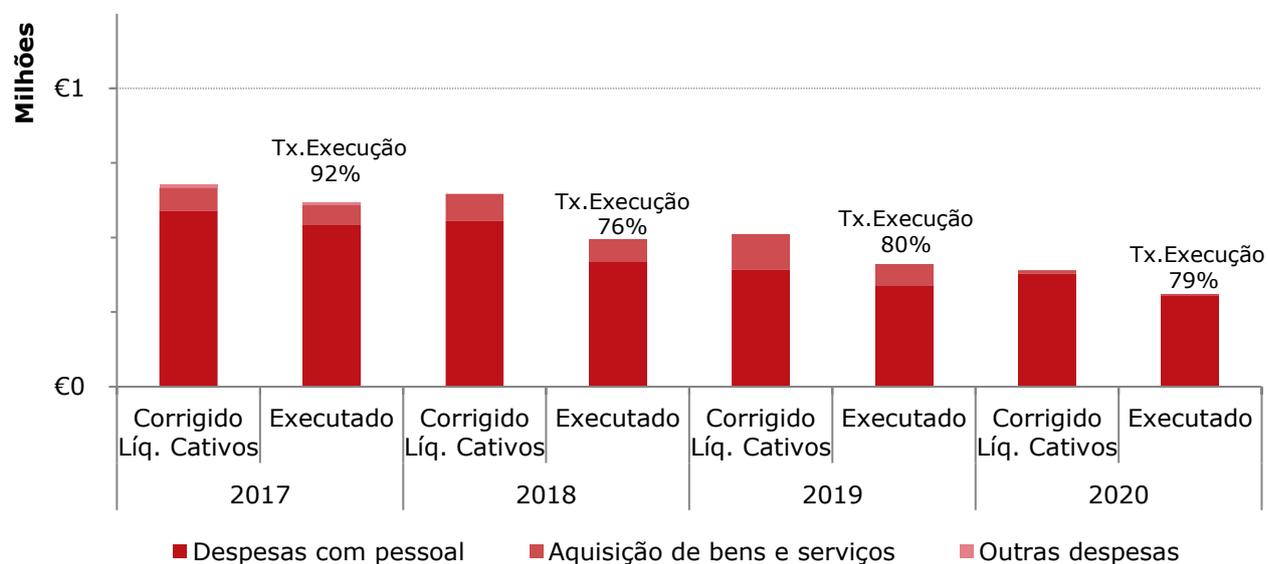
Gráfico 8. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Geral por rubricas



Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 01.04.2021

Do orçamento de Funcionamento - Cooperação, foram executados 308 mil euros (79%), dos quais 99% relativos a despesas com o pessoal e 1% referentes à aquisição de bens e serviços, maioritariamente relativos a deslocações e estadas.

Gráfico 9. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Cooperação por rubricas



Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 01.04.2021

No Anexo A6 constam os mapas relativos à execução orçamental, onde poderão ser verificados em pormenor os valores executados.

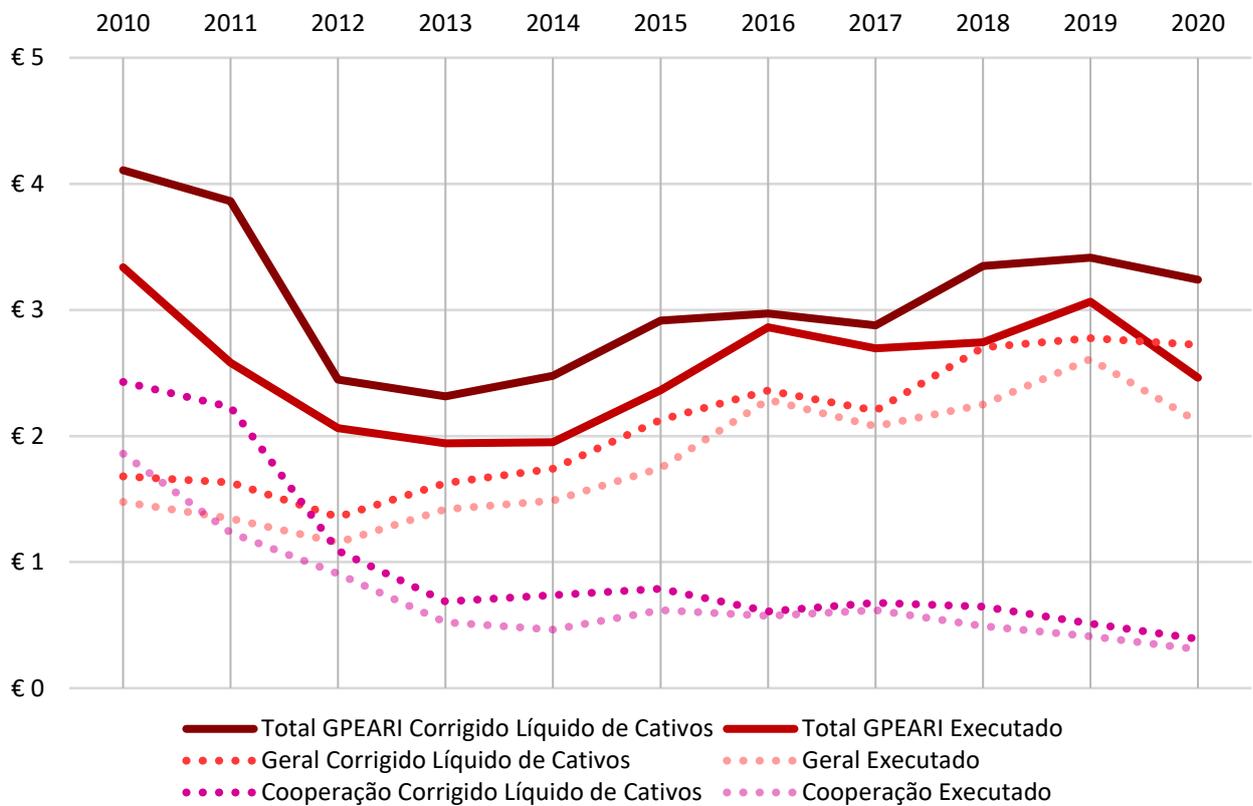
A evolução nos últimos anos do orçamento do GPEARI evidencia que, após um decréscimo de mais de 40% no orçamento executado de 2013 face a 2010, se assistiu a uma recuperação frágil dos valores executados entre os anos de 2014 e 2016, para se voltar a observar um decréscimo na execução de 2017 (-5,8). Em 2018 voltou a crescer timidamente nos anos seguintes (1,7%), bem como em 2019 (11,7%), crescimento que se deveu em grande medida à regularização do Princípio da Onerosidade.

Em 2020, por força da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, o valor executado é consideravelmente inferior ao executado em 2019 (-19,6%), sendo de referir que as deslocações e estadas em 2020 tiveram uma execução extraordinariamente baixa devido às restrições de deslocação.

Quadro 4. Evolução do Orçamento do GPEARI

	2017		2018		2019		2020	
	Corrigido Líq. Cativos	Executado						
Orçamento de Atividades								
Funcionamento - Geral	€ 2 202 660	€ 2 077 640	€ 2 702 111	€ 2 247 042	€ 2 775 683	€ 2 610 202	€ 2 724 141	€ 2 113 117
Funcionamento - Cooperação	€ 676 103	€ 618 316	€ 646 907	€ 492 795	€ 511 610	€ 410 875	€ 390 252	€ 308 159
Orçamento de Projetos					€ 127 650	€ 43 643	€ 125 930	€ 41 983
TOTAL	€ 2 878 763	€ 2 695 955	€ 3 349 018	€ 2 739 838	€ 3 414 943	€ 3 064 720	€ 3 240 323	€ 2 463 259

Gráfico 10. Evolução do Orçamento corrigido e executado do GPEARI



4. INFORMAÇÃO ADICIONAL À AUTOAVALIAÇÃO

4.1. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Sedimentada na implementação de reformas relevantes de modernização do Estado, com vista à valorização das funções deste e ao reforço da sua capacidade de resposta aos desafios da economia e da sociedade, a modernização administrativa tem sido considerada como prioridade no GPEARI.

Assim, tendo presente que, um serviço mais ágil, inovador e capaz de se adaptar e responder aos desafios futuros, necessita de integrar as medidas de modernização administrativa na sua estratégia, e em consonância com a obrigatoriedade imposta pelo artigo 40º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio⁶, o GPEARI tem vindo a trabalhar na identificação de alterações que visem a desburocratização, qualidade e inovação, tentando prever as poupanças associadas a tais medidas.

Não obstante as limitações a vários níveis, em 2020, o GPEARI deu continuidade à implementação de medidas que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, potenciando a sua estrutura organizacional.

Neste domínio, foi dada continuação aos trabalhos no âmbito do projeto “SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades”, que beneficiou da aprovação de uma candidatura a financiamento do sistema de apoio à transformação digital da administração pública (SAMA2020) em 2018. Este projeto tem vindo a revelar-se um desafio à organização, mas oferecendo melhorias significativas na gestão da atividade. Ao longo do ano de 2020, foi concluída a renovação do Portal do GPEARI e foram realizados avanços significativos no âmbito da reengenharia e desmaterialização na Gestão de Processos.

Enquadrando-se nas mais recentes orientações de racionalização e controlo da despesa, maior simplificação e modernização administrativa, e desmaterialização de processos, o GPEARI procurou a implementação de melhorias nas atividades de controlo, avaliação, monitorização, informação e comunicação, beneficiando assim de possíveis ganhos de eficácia e de eficiência ao seu desempenho e sem nunca descurar a legalidade e qualidade dos processos.

⁶ Obrigando à integração nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver.

Neste seguimento, com o objetivo de melhor definir e solidificar as políticas internas de gestão do risco e do controlo de gestão, procedeu-se à atualização e desenvolvimento da Aplicação de Gestão de Inventário, do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do Código de Conduta e do mapa de afetação do parque informático.

Na continuação do que já tinha sido implementados nos últimos anos e no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19 de abril, mantiveram-se os esforços de desmaterialização de processos e da promoção da redução do consumo de papel e demais consumíveis e meios relacionados com a impressão através do projeto GPEARI.*Green*, que tem como objetivo a promoção de um consumo de papel consciente, eficiente e ambientalmente responsável, mediante procedimentos especificamente adaptados à realidade do GPEARI, embora durante o ano de 2020 e por via da adoção do teletrabalho esta questão do consumo de papel não se tenha colocado.

De destacar, que toda a estrutura organizativa do GPEARI conseguiu avançar para teletrabalho em poucos dias, garantindo a integralidade da sua atividade através de meios remotos (acesso VPN), com recurso a equipamentos portáteis de serviço e com total desmaterialização de processos.

4.2. PERSPETIVA DE GÉNERO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual». A ENIND marca um novo ciclo programático que se iniciou em 2018, definindo grandes metas de ação global e estrutural até 2030, para a consecução da igualdade e da não discriminação. Em termos operacionais, encontra-se estruturada através de 3 Planos de Ação onde estão definidas medidas concretas a desenvolver até 2021, nomeadamente: o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais.

Neste contexto, o GPEARI assegurou a representação do MF na totalidade das reuniões da Comissão de Acompanhamento da ENIND, das Comissões Técnicas de Acompanhamento de cada Plano de Ação e das reuniões do Conselho Consultivo da CIG.

A propósito da monitorização da ENIND, foi reportado à CIG a execução, à data de 31 de dezembro de 2019, das medidas em que o Ministério das Finanças estava identificado como uma das entidades responsáveis.

Para além disso, o GPEARI prestou contributos que relevam da área de competências do MF para efeitos de elaboração do Relatório Anual de Atividades da Comissão Nacional para os Direitos Humanos em 2020 e de elaboração do Plano de Atividades da referida Comissão para 2021.

4.3. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010 de 25 de junho, define que deve ser incluído no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional.

No que respeita à atividade do GPEARI durante o ano de 2020 não se verificou qualquer iniciativa de publicidade institucional a registar.

4.4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LOE2020 NO ÂMBITO DO QUAR

No Orçamento do Estado para 2020, publicado através da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, veio impor a adoção de algumas medidas por parte dos serviços no âmbito do processo de planeamento a nível de SIADAP1.

O artigo 25.º da referida lei identifica os objetivos obrigatórios a inscrever no QUAR, alinhados com as estratégias de valorização dos recursos humanos da Administração Pública, e cujo peso relativo tem de atingir 50% do QUAR:

- Objetivos de boa gestão dos trabalhadores, designadamente nos domínios da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação;
- Medidas previstas no programa «SIMPLEX» ou, alternativamente medidas de modernização;
- Avaliação pelos principais utilizadores.

A fim de dar cumprimento a estas disposições, o GPEARI introduziu os seguintes objetivos no QUAR 2020:

- O6. PROMOVER A INOVAÇÃO, A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS, onde é de destacar a concretização de 50% do projeto SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020);
- O7. PROMOVER UM AMBIENTE DE TRABALHO POSITIVO, onde se destaca, como medidas que contribuíram para o cumprimento do objetivo, o elevado nível de satisfação de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida familiar, profissional e pessoal (4,1 numa escala de 1 a 5), e a elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho dentro do prazo planeado.
- O8. MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO GPEARI, onde se destaca, como medidas que contribuíram para o cumprimento do objetivo, o grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (4,83 numa escala de 1 a 5) e o grau de satisfação dos utilizadores (4,21 numa escala de 1 a 5).

CONCLUSÕES PROSPETIVAS E MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO

O ano de 2020 representava o segundo ano de um novo ciclo iniciado em 2019, ano em que o GPEARI procedeu à revisão dos seus objetivos estratégicos, evidenciando os principais eixos estratégicos que contribuem para a prossecução e cumprimento da missão. Perspetivava-se um ano de consolidação das linhas de atuação definidas, de construção organizacional e de capacitação dos seus ativos, culminado na preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no início do ano de 2021.

No entanto, a pandemia causada pela infeção pelo Coronavírus SARS CoV-2, fizeram alterar algumas das prioridades, implicando a adaptação repentina a novas formas de organização do trabalho e à incorporação de todo o impacto não só organizacional, mas também pessoal e psicológico imposto a toda a sociedade.

Os impactos decorrentes desta circunstância vieram demonstrar que o caminho percorrido pelo GPEARI no que respeita à capacitação tecnológica em termos materiais e operacionais permitiu uma adaptação imediata, privilegiando a proteção dos trabalhadores do risco de contágio, sem reflexos a registar no que diz respeito à capacidade de trabalho, à resposta pronta às solicitações e à prossecução da sua missão.

Em termos operacionais, em 2020 o GPEARI tinha definido no seu Plano de Atividades um conjunto de 18 objetivos, que respondem aos três objetivos estratégicos, e que materializam a sua estratégia e traduzem as suas prioridades de atuação.

Destes objetivos, foram compilados no QUAR os oito objetivos que melhor traduzem as prioridades para este ano, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, refletindo a aplicação de critérios de relevância e concretização da estratégia, associados às circunstâncias específicas do ano de 2020, incluindo os objetivos que permitem o cumprimento das disposições previstas na Lei do orçamento do Estado.

A execução do QUAR de 2020 mostra um resultado global de 112,6%, o que reflete o esforço crescente na prossecução dos objetivos propostos, embora num contexto de grande exigência e restrições de várias ordens, com destaque para a manifesta limitação de recursos humanos e para a situação particular vivida durante o ano.

Os parâmetros Eficácia, Eficiência e Qualidade foram superados, distribuindo-se o seu peso relativo em 40%, 40% e 20%, respetivamente. De referir, ainda, que foram superados cinco objetivos, três dos quais relevantes, e atingidos outros três.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, atendendo aos resultados apresentados, propõe-se que a menção qualitativa a atribuir como resultado da autoavaliação do desempenho seja de "**Desempenho Bom**".

Neste sentido, faz parte da ambição do GPEARI manter os seus níveis de satisfação perante os seus principais *stakeholders*, aprimorando os seus produtos e valorizando os seus ativos.

Mantem-se fundamental a aposta no desenvolvimento organizacional, continuando a fomentar o espírito de equipa e a potenciar os incentivos não remuneratórios como um fator diferenciador, que permita sedimentar a estrutura, dimensionando-a para poder responder com qualidade às exigências, quer ao nível do desempenho da atividade *core*, quer nas áreas de suporte, retendo o talento e minimizando a rotação nas equipas em prol da efetiva geração e transmissão de conhecimento.

A nível operacional, o GPEARI continuará a procurar melhorar os seus processos e as suas metodologias, pautando a sua intervenção e atividade em patamares elevados de qualidade, promovendo a excelência, fomentando o bom clima organizacional, o espírito de equipa e um forte compromisso com os objetivos organizacionais.

ANEXOS

A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACC	Acordo de Cooperação Económica e Cambial
ACE	Acordo de Cooperação Económica
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento
aicep Portugal	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ALER	Associação Lusófona de Energias Renováveis
AP	Administração Pública
AWG	Ageing population and sustainability working group
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAfD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
BC/FT	Comissão de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIC	Comissão Interministerial de Cooperação
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBC	<i>European Banking Committee</i>
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EGBPI	<i>Commission Expert Group on Banking, Payments and Insurance</i>

EGDMI	<i>Commission Expert Group on Derivatives and Market Infrastructure</i>
EGESC	<i>Commission Expert Group of the European Securities Committee</i>
EGMC	<i>Commission Expert Group on Mortgage Credit</i>
EGRFS	<i>Expert Group on Retail Financial</i>
EIOPC	<i>European Insurance and Occupational Pensions Committee</i>
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual»
ESC	<i>European Securities Committee</i>
eSPap	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
EWG	<i>Eurogroup Working Group</i>
FEEF	Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FGP	Fórum Global para a Produtividade
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
GEE	Gabinete de Estratégias e Estudos do Ministério da Economia
GT	Grupo de trabalho
GT CS Saúde	Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IFEI	Instituições Financeiras Europeias Internacionais
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
LIME	<i>Lisbon Methodology Working Group</i>
MAMM	Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
MIGA	<i>Multilateral Investment Guarantee Agency</i>
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Plano de Atividades
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARE	Programa de Apoio às Reformas Estruturais
PC	<i>Payments Committee</i>
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PPS-PPM	<i>Post-Programme Surveillance - Post-Program Monitoring</i>
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização

REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SCIMF	<i>Sub-Committee on IMF Issues</i>
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
UMC	União dos Mercados de Capitais
UTAIL-Jurisapp	Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental
UE	União Europeia

A2. QUAR | QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais											
MISSÃO:	Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.										
Objetivos Estratégicos											
OE 1. Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF											
OE 2. Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional											
OE 3. Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos											
Objetivos Operacionais											
EFICÁCIA										Ponderação:	40%
O1.	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF									Peso:	40%
	INDICADORES	2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	4	4	8	5	1	8	25%	9	133%	Superou
IND1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	193	224	299	288	40	360	25%	334	116%	Superou
IND1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	346	414	429	417	50	521	25%	629	151%	Superou
IND1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	431	487	533	505	60	631	25%	711	141%	Superou
O2.	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas									Peso:	10%
	INDICADORES	2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	-	-	84	350	15	300	30%	287	131,5%	Superou
IND2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	14	15	19	12	2	19	20%	12	100%	Atingiu
IND2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	5	9	8	6	1	9	50%	9	125%	Superou
O3.	Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas									Peso:	10%
	INDICADORES	2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	-	-	-	50%	10%	75%	100%	60%	100%	Atingiu
O4.	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais									Peso:	40%
	INDICADORES	2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	396	439	492	370	50	492	60%	586	144%	Superou
IND4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	261	275	312	220	30	312	40%	225	100%	Atingiu
EFICIÊNCIA										Ponderação:	40%
O5.	Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias									Peso:	25%
	INDICADORES	2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND5.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	10	13	15	10	2	15	35%	12	100,0%	Atingiu
IND5.2.	Grau de utilização e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IPI (%)	79%	84%	87%	80%	10%	100%	35%	83%	100,0%	Atingiu
IND5.3.	Prazo de conclusão das negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	-	-	-	350	15	300	30%	350	100,0%	Atingiu
O6.	Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos									Peso:	40%
	INDICADORES	2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND6.1.	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)	-	-	30%	60%	10%	80%	100%	50%	100,0%	Atingiu
O7.	Promover um ambiente de trabalho positivo									Peso:	35%
	INDICADORES	2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND7.1.	Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	3,5	3,79	3,75	3,80	0,10	5	70%	4,06	105,4%	Superou
IND7.2.	Prazo elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho	-	-	-	330	15	270	30%	344	100,0%	Atingiu
QUALIDADE										Ponderação:	20%
O8.	Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI									Peso:	100%
	INDICADORES	2017	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND8.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	4,51	4,36	4,33	4,35	0,15	5	35%	4,83	118,5%	Superou
IND8.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,08	4,16	4,18	4,15	0,10	5	35%	4,21	100,0%	Atingiu
IND8.3.	Prazo de lançamento da newsletter	-	-	-	330	30	270	30%	360	100,0%	Atingiu

	Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos				Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação
EFICÁCIA	40%	50,8%	126,9%	✓		
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	40%	54,1%	135,2%	✓	Superou	16,0% R
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	10%	12,2%	122,0%	✓	Superou	4,0%
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	10%	10,0%	100,0%	✓	Atingiu	4,0%
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	40%	50,6%	126,6%	✓	Superou	16,0%
EFICIÊNCIA	40%	40,5%	101,3%	✓		
O5. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	25%	25,0%	100,0%	✓	Atingiu	10,0%
O6. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos	40%	40,0%	100,0%	✓	Atingiu	16,0% R*
O7. Promover um ambiente de trabalho positivo	35%	36,3%	103,8%	✓	Superou	14,0% R*
QUALIDADE	20%	21,3%	106,5%	✓		
O8. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI	100%	106,5%	106,5%	✓	Superou	20,0% R*
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	112,6%	112,6%	✓		66,0% 4/8

* cumprimento artigo 25.º LOE2020

Indicadores	Fonte de Verificação	UO Responsável	Justificação do Valor Crítico
IND1.1. Número de documentos de política económica elaborados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração do Programa de Estabilidade; Conta Geral do Estado; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE;	DAEP; DFPF; DPGE; DCMPIE; DSF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.2. Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão política.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.3. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a organismos da AP e outras entidades nacionais	DPGE; DAEP; DFPF; DCMPIE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.4. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a instituições comunitárias e internacionais	DPGE; DAEP; DFPF; DSF; DCMPIE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.1. Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	Data de apresentação pública do Relatório, em parceria com o GEE	DAEP; DFPF	Prazo de antecipação considerado excelente
IND2.2. Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Seminários e workshops organizados pelo GPEARI ou em parceria	DAEP; DFPF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.3. Número de estudos económicos e policy papers	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DAEP; DFPF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND3.1. Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas nítidas"	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registos de acompanhamento do Program PARE	DAEP; DFPF	Realizar mais um módulo do que o previsto
IND4.1. Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns europeus e internacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	DAEP; DFPF; DPGE; DSF; DCMPIE; DCRI;	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND4.2. Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.1. Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Engloba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.2. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Apurado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela Aicep Portugal Global.	DCRI	Grau máximo de utilidade
IND5.3. Prazo de conclusão das negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	Concluir as negociações que permitem a assinatura da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	DCRI	Antecipação da data
IND6.1. Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMAZ2020)	Execução semestral SAMA 2020	TODAS	De acordo com o calendário de execução previsto para o projeto
IND7.1. Grau de satisfação dos trabalhadores com a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos colaboradores	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND7.2. Prazo de elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho	Aplicação do questionário de diagnóstico de Segurança e Saúde no trabalho	DADO	Grau máximo de satisfação
IND8.1. Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND8.2. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARI.	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND8.3. Prazo de lançamento da newsletter	Lançamento do número 1 da newsletter do GPEARI	TODAS	O lançamento durante o terceiro trimestre seria um prazo muito exigente.

Recursos Humanos											
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS 30/jun		30/set		31/dez		DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direção superior	20	3	60	3	60	3	60	3	60	0	100%
Dirigentes - Direção intermédia	16	16	256	12	192	12	192	12	192	-4	75%
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças*	12	45	540	38	456	38	456	40	480	-5	89%
Coordenador Técnico	9	1	9	1	9	1	9	1	9	0	100%
Técnico de Informática	9	3	27	3	27	3	27	2	18	-1	67%
Assistente Técnico	8	3	24	2	16	2	16	2	16	-1	67%
Assistente Operacional	5	1	5	1	5	1	5	1	5	0	100%
Total		72	921	60	765	60	760	61	780	-11	85%

* inclui técnicos superiores

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	Realizado 31-12-2015	Realizado 31-12-2016	Realizado 31-12-2017	Realizado 31-12-2018	Previsto 31-12-2019	Realizado 31-12-2019	Previsto 31-12-2020	Realizado 30-09-2020	Realizado 30-09-2020	Realizado 31-12-2020
	55	54	65	65	74	62	72	60	60	61

Recursos Financeiros										
DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO CORRIGIDA LÍQUIDA DE CATIVOS	EXECUÇÃO			SALDO	Taxa de Execução		
				30-06-2020	30-09-2020	31-12-2020				
Orçamento de funcionamento	€ 3 340 416,00	€ 3 340 416,00	€ 3 114 393,00	€ 1 043 045,55	€ 1 607 198,24	€ 2 421 275,77	€ 693 117,23	78%		
Despesas com Pessoal	€ 2 714 127,00	€ 2 714 127,00	€ 2 714 127,00	€ 1 022 776,21	€ 1 521 543,57	€ 2 116 460,36	€ 597 666,64	78%		
Aquisição de Bens e Serviços	€ 566 289,00	€ 565 264,00	€ 339 241,00	€ 20 269,34	€ 61 078,04	€ 249 735,29	€ 89 505,71	74%		
Outras despesas correntes	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -			
Aquisição de bens de capital	€ 60 000,00	€ 61 025,00	€ 61 025,00	€ -	€ 24 576,63	€ 55 080,12	€ 5 944,88	90%		
Orçamento de investimento	€ 125 930,00	€ 125 930,00	€ 125 930,00	€ 5 319,00	€ 41 983,36	€ 41 983,36	€ 83 946,64	33%		
TOTAL	€ 3 466 346,00	€ 3 466 346,00	€ 3 240 323,00	€ 1 048 364,55	€ 1 649 181,60	€ 2 463 259,13	€ 777 063,87	76%		

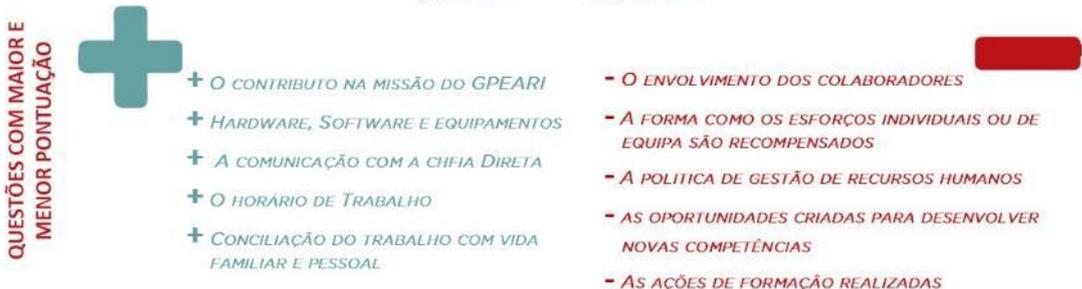
O orçamento de investimento inclui €71.717,00 da fonte de financiamento 211-FEDER, relativos a financiamento de Projeto SAMAZ2020

A3. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO

1. COLABORADORES

SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES/AS

SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS **2020**

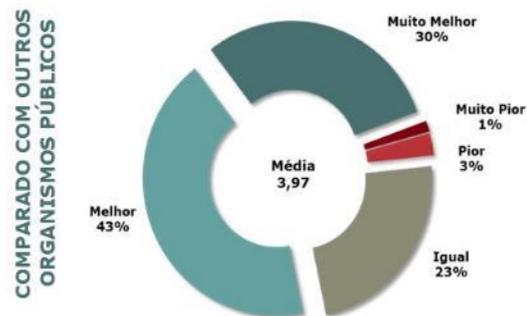
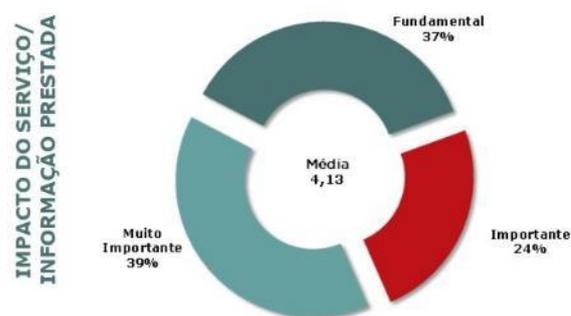


FONTE: QUESTIONÁRIO 2020 | JANEIRO | 2021

2. UTILIZADORES E GABINETES MINISTERIAIS

SATISFAÇÃO DE UTILIZADORES

SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS 2020



FONTE: QUESTIONÁRIO 08.03.2021 | 16.03.2021

15|ABRIL|2021

A4. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

A. DPFP | Departamento de Políticas e Finanças Públicas



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Relatório do Orçamento do Estado, Orçamento do Cidadão, Programa de Estabilidade, contributos para as Grandes Opções do Plano, para o Programa Nacional de Reformas e para a Conta Geral do Estado	Conjuntura económica nacional, Finanças Públicas, Dívida Pública	Cenarização macro-orçamental	Missões do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (CE BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal	Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: Economic Forecasts, Ageing Population and Sustainability
Conselho Superior de Estatística e GT C.S. Saúde, Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras das Regiões Autónomas, entre outros	Avaliação de Políticas Públicas	Acompanhamento da implementação da Lei de Enquadramento Orçamental e da reforma da Gestão Financeira Pública	Acompanhamento das Políticas de Ação Climática	

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100,0%	54,9%	6	12	8 (67%)	4 (33%)	0 (0%)

Para a concretização e avaliação do desempenho do DPFP foram definidos seis objetivos, e doze indicadores, cujos resultados levaram à superação ou cumprimento dos sete objetivos propostos para o ano de 2020.

DESTAQUES

Políticas e Finanças Públicas No domínio das políticas e finanças públicas, o ano de 2020 foi marcado pela elaboração do Suplementar para 2020 e do Orçamento do Estado para 2021 e do Programa de Estabilidade 2020. Paralelamente, registou-se um reforço do papel do GPEARI, e qualificação da respetiva intervenção, no acompanhamento e prestação de informação de política orçamental aos gabinetes do Ministério das Finanças e na análise técnica de apoio a órgãos consultivos da União Europeia, nomeadamente ao Comité de Política Económica e ao Comité Económico e Financeiro. No final do ano, destaque para o início do contributo para o Plano de Resiliência e Recuperação, que se prolongaria por 2021 adentro.

Grupo de Trabalho dos Indicadores das Desigualdades Sociais e Coordenação do Subgrupo Fiscalidade e Rendimento Em 2020, o GPEARI manteve a sua presença ativa neste grupo de trabalho,

tendo sido publicado um artigo sobre indicadores de desigualdades fiscais e de rendimento.

Avaliação de Políticas Públicas No domínio das políticas públicas, o ano de 2020 foi marcado pelo início da implementação do projeto financiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais da Comissão Europeia, com o intuito de adquirir e aprofundar conhecimentos técnicos especializados para o desenvolvimento desta área de trabalho. Foram desenvolvidas, designadamente, formações nas áreas de STATA e de avaliação ex-post de políticas públicas.

Informação e Publicações O GPEARI manteve a sua atividade editorial no campo das Finanças Públicas, com a publicação regular do *Dossier* de Finanças Públicas e do *Dossier* de Comparações Internacionais; do Boletim Mensal da Economia Portuguesa (em

parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia), e da Nota da Dívida; dos Indicadores Mensais de

Conjuntura e da Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura, bem como do *Portugal: Latest Key Developments*.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2018	2019	2020									
							Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		
OBJETIVOS QUAR																
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	30%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	4	4	4	1	3-5	4-6	10	200%	●	7,5%	7,5%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	31	55	35	5	30-40	248-328	58	145%	●	7,5%	3,4%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	-	22	20	2	18-22	367-467	20	100%	●	7,5%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	-	11	35	4	31-39	445-565	36	100%	●	7,5%	0%
2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	15%	2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	30%	-	84	350	15	335-365	335-365	287	117%	●	4,5%	0,8%
			2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	20%	15	16	1	0	1	10-14	2	200%	●	3,0%	3,0%
			2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	50%	9	4	1	0	1	5-7	5	500%	●	7,5%	30,0%
3	Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	10%	3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	100%	-	-	50%	10%	40%-60%	40%-60%	60%	100%	●	10,0%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	19	55	10	1	9-11	320-420	15	136%	●	18,0%	6,5%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	40	50	30	4	26-34	190-250	28	100%	●	12,0%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR																
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	14%	EQ1.1.	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	310	303	45	1	44-46	302-322	56	122%	●	14,0%	3,0%
EQ3	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	1%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas	100%	-	-	3	0	3	65-85	5	167%	●	1,0%	0,7%

Taxa de Execução Global 100,0% 54,9%

B. DAEP | Departamento de Análise, Estudos e Previsão



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Relatório do Orçamento do Estado, Programa de Estabilidade, contributos para as Grandes Opções do Plano, para o Programa Nacional de Reformas e para a Conta Geral do Estado	Conjuntura económica nacional e internacional	Cenarização macroeconómica	Missões do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (CE, BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal	Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: Economic Forecasts, Output Gaps, LIME
Conselho Superior de Estatística	Conselho para a Produtividade	Avaliação do Impacto Legislativo – “Custa Quanto?”	Avaliação de reformas estruturais	Organização de Seminários

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	101,5%	6	12	8 (67%)	4 (33%)	0 (0%)

O DAEP definiu para 2020 um conjunto de seis objetivos e doze indicadores, cujos resultados levaram à superação ou cumprimento dos doze objetivos propostos para o ano de 2020.

Destaques

Informação e Publicações O GPEARI manteve a sua atividade editorial no campo da Análise Económica e das Finanças Públicas, com a publicação regular do Boletim Mensal da Economia Portuguesa (em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia) e da Nota Económica de Curto Prazo; dos Indicadores Mensais de Conjuntura e da Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura, bem como do *Portugal: Latest Key Developments*.

Avaliação Macroeconómica de Reformas Estruturais Em 2020, o GPEARI prosseguiu o projeto de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais, solidificando as metodologias que têm vindo a ser desenvolvidas internamente, em colaboração com outros ministérios, com a academia e com organizações internacionais. Este trabalho reveste-se de particular relevância não só na definição de políticas (nomeadamente no âmbito do Programa Nacional de Reformas) mas também no aperfeiçoamento das

medidas já implementadas. Neste âmbito, o GPEARI granjeou de formações sobre QUEST III e de avaliação de reformas estruturais no âmbito do projeto financiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais da Comissão Europeia. No final do ano, foram especialmente relevantes as avaliações do impacto dos investimentos e reformas do Plano de Resiliência e Recuperação, que se prolongaram por 2021 adentro.

Promoção da Discussão de Temas Relevantes para a Economia Portuguesa O GPEARI deu continuidade à dinamização do ciclo de seminários mensais sobre a economia portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. Estes eventos, abertos a todos os interessados, pretendem promover a discussão e a colaboração entre os quadros do GPEARI e outras entidades, nomeadamente a academia, outros ministérios, instituições internacionais, Banco de Portugal, entre

outros. No ano de 2020, foram realizados um total de nove seminários, que se debruçaram sobre um largo conjunto de temáticas, três dos quais já sobre o impacto económico da pandemia de COVID-19.

Conselho para a Produtividade O GPEARI manteve a sua participação ativa no Conselho para a Produtividade, um órgão constituído pelo GPEARI e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, criado com o intuito de acompanhar o desempenho das políticas públicas na área da produtividade e reforçar a discussão pública e alargada sobre o tema a nível nacional e internacional. Neste âmbito, foi organizada a segunda conferência do Conselho para a Produtividade, a qual reuniu oradores nacionais e estrangeiros, da Administração Pública e da academia, a qual teve de ocorrer sob a forma de um conjunto de *webinars* que se prolongaram por 2021.

Avaliação de Impacto Legislativo – “Custa Quanto?” Tendo sido designado como a entidade responsável no Ministério das Finanças por prestar apoio técnico no âmbito da implementação do procedimento de Avaliação de Impacto Legislativo, o GPEARI continuou a sua atividade neste âmbito, assegurando a continuidade do desenvolvimento de conhecimento na temática. Foram realizados oito exercícios em estreita colaboração com os Gabinetes Ministeriais e com a Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo (UTAIL-JurisAPP).

Publicações O GPEARI publicou em 2019 três artigos, focados sobre questões referentes à produtividade, a saber: “*Alterações estruturais da economia portuguesa, produto potencial e produtividade*”, “*Productivity-Wage Nexus: distributional approach on firms in Portugal*” e “*Productivity and resource allocation of Portuguese firms*”.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2018	2019	2020								
							Meta UO 2020	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO 2020	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	30%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	4	4	4	1	3-5	4-6	11	220% ●	7,5%	9,0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	31	55	50	7	43-57	248-328	47	100% ●	7,5%	0%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	-	22	20	2	18-22	367-467	35	159% ●	7,5%	4,4%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	-	11	10	1	9-11	445-565	23	209% ●	7,5%	8,2%
2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	15%	2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	30%	-	84	350	15	335-365	335-365	287	117% ●	4,5%	0,8%
			2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	20%	15	16	12	2	10-14	10-14	10	100% ●	3,0%	0%
			2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	50%	9	4	5	1	4-6	5-7	4	100% ●	7,5%	0%
3	Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	10%	3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	100%	-	-	50%	10%	40%-60%	40%-60%	60%	100% ●	10,0%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	19	55	15	2	13-17	320-420	86	506% ●	18,0%	73,1%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	40	50	30	4	26-34	190-250	49	144% ●	12,0%	5,3%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	14%	EQ1.1.	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	310	303	290	9	281-299	302-322	301	101% ●	14,0%	0,1%
EQ3	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	1%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas	100%	-	5	3	0	3	65-85	5	167% ●	1,0%	0,7%

Taxa de Execução Global 100,0% 101,5%

C. DPGE | Departamento de Política e Governação Europeia



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Coordenação e participação nos trabalhos preparatórios do Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (CEF), Eurogroup Working Group (EWG), CEF Alternates, SCIMF, Comité de Política Económica, Conselho Europeu; OCDE, CIAE

Questões Económico-Financeiras, a nível da política europeia: operacionalização dos requisitos estabelecidos pela legislação Europeia - Six-Pack, Two-Pack e Tratado Orçamental; Semestre Europeu, Procedimento por Desequilíbrios Excessivos e Programas de Parceria Económica; Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento; Procedimentos de Défices Excessivos; União Económica e Monetária

Atividade do Mecanismo Europeu de Estabilidade e do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira

Quadro Financeiro Plurianual e do Orçamento da União Europeia

Atividade de Instituições Internacionais: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico e Fundo Monetário Internacional e processos conjuntos com o Banco de Portugal

Negociação, preparação e contingência da saída do Reino Unido da União Europeia e relação futura

Resultados

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
98,9%	24,6%	6	12	6 (50%)	5 (42%)	1 (8%)

Para 2020, o DPGE identificou seis objetivos que se traduziram em doze indicadores, que permitiram a concretização de cinco dos seis objetivos propostos para o ano de 2020. Registou-se apenas um indicador não atingido, o qual diz respeito à coordenação do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais, resultando da diminuição no número de reuniões organizadas e consequentes reportes no âmbito das mesmas, quer por simplificação de algumas destas missões quer pela sua diminuição em número resultante do carácter virtual das missões devido à crise pandémica. Em 2020, foram realizadas duas missões de acompanhamento e supervisão Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, sendo que não se organizaram as habituais missões do FMI, no âmbito do Artigo IV, e da Comissão Europeia, no âmbito do Semestre Europeu. Realizou-se, no entanto, em dezembro, a missão técnica da OCDE do Exame Económico a Portugal, missão cujos reportes foram limitados, tendo a sua maioria sido remetidos já em 2021.

Destaques

Aprofundamento da União Económica e Monetária e Pacto de Estabilidade e Crescimento em contexto de crise pandémica.

Durante o ano de 2020, a crise pandémica iniciada no final do 1º trimestre veio alterar as perspetivas económicas, sociais e orçamentais exigindo uma resposta urgente e coordenada, tanto a nível Europeu como a nível nacional, a fim de colmatar os substanciais impactos económicos e sociais, bem como os seus efeitos assimétricos entre países, regiões e setores de atividade. Assim, as discussões relativas ao aprofundamento da União Económica e Monetária sofreram uma alteração de perspetiva, no sentido da necessidade de implementação de uma resposta ao nível da União

Europeia e da área do Euro à crise económica e social relacionada com a pandemia. Neste contexto, decorreram discussões e tomadas de decisão visando facilitar a despesa pública nacional através de um quadro temporário para as medidas de auxílio estatal e a ativação da cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Adicionalmente, foi reforçado o apoio económico e financeiro através do orçamento da UE, designadamente através dos Fundos Estruturais com regras mais flexíveis, e de novos instrumentos e programas da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento, do Mecanismo Europeu de Estabilidade e do Banco Central Europeu. Destes destacamos o estabelecimento de três

“redes de segurança”, acordadas pelo Eurogrupo em abril de 2020, com o objetivo de proteger os trabalhadores (SURE), os Estados-membros (“ESM Pandemic Crisis Support”) e as empresas (Fundo Pan-Europeu de Garantia do BEI).

Neste contexto, o GPEARI participou ativamente nos trabalhos de coordenação da posição do Ministério das Finanças no âmbito da preparação das reuniões Ministeriais e comités preparatórios com vista à discussão destes instrumentos de resposta à crise pandémica e sua adoção de caráter urgente.

Quadro Financeiro Plurianual e Instrumento Próxima Geração

UE. Em 2020, após mais de dois anos de negociação, foi finalmente possível chegar a acordo sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (QFP) no segundo mais longo Conselho Europeu da história (entre 17 e 21 de julho). Neste contexto, foi possível alcançar acordo não apenas sobre o QFP, mas também sobre o plano de recuperação da UE, denominado de Próxima Geração UE, como resposta à crise pandémica.

Os Estados-Membros e as Instituições europeias, bem como outros parceiros internacionais e até os mercados, foram unânimes em considerar que o acordo constituiu um resultado histórico para a UE, quer quanto aos montantes estabelecidos, quer quanto às condições de execução. Deve ser sublinhado o facto de ter sido desenhada uma solução de financiamento que, pela primeira vez, envolve a assunção de dívida comum e de terem sido estabelecidos passos para a criação de novos recursos próprios. O acordo com o Parlamento Europeu foi

apenas possível em novembro. Para Portugal o resultado foi bastante positivo, quer pela dimensão financeira do envelope global, com a minimização dos cortes na Coesão e na Política Agrícola Comum (PAC), quer pelas condições de implementação do mesmo.

O Instrumento Próxima Geração UE foi fixado em 750 mil milhões de euros, divididos em subvenções e empréstimos de 390 e 360 mil milhões de euros, respetivamente. Estes montantes incluem as verbas do seu principal instrumento, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o qual disponibiliza 672,5 mil milhões de euros (312,5 mil milhões de euros em subvenções e 360 mil milhões de euros em empréstimos). Já a capacidade global financeira do QFP 2021-2027 ficou fixada em 1 074,3 mil milhões de euros, dos quais 330,2 mil milhões de euros para a Política de Coesão e 336,4 mil milhões de euros para a PAC.

Sobre novos Recursos Próprios da União foi aprovado um “roadmap” indicativo que globalmente confirma o acordo do Conselho Europeu de julho, incluindo: o recurso com base nos resíduos de embalagens de plástico não reciclado em janeiro 2021 e os recursos com base num mecanismo de ajustamento de emissões de carbono nas fronteiras e num imposto digital em janeiro de 2023 (propostas a apresentar até junho de 2021). A proposta de recurso próprio com base no regime revisto de comércio de licenças de emissão deverá ser igualmente apresentada durante o primeiro semestre de 2021, e alargada eventualmente à aviação e aos transportes marítimos, para entrada em vigor até janeiro 2023. Foram igualmente incluídas possíveis propostas de recursos adicionais, entre 2024-2026, que

poderão incluir um imposto sobre as transações financeiras e uma contribuição financeira associada ao sector empresarial ou uma nova matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades, desejavelmente até junho 2024 para entrada em vigor em janeiro 2026.

Desta forma, o GPEARI participou ativamente nos trabalhos de coordenação da posição do Ministério das Finanças relativa a esta temática, quer no âmbito da despesa do QFP 2021-2027 quer no âmbito do NGEU, e respetivo sistema de financiamento.

Brexit – Negociações após a ativação do Artigo 50º do TUE

Após o início das negociações do Brexit em junho de 2017, as mesmas viram a sua continuação durante os anos de 2018 e 2019. Estas negociações culminaram a 31 de janeiro de 2020, com a saída do Reino Unido da União Europeia e consequente entrada em vigor do “Acordo sobre a Saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica” e os Protocolos a ele associados. O Reino Unido assumiu naquela ocasião o estatuto de Estado terceiro relativamente à União. Assim, o ano de 2020 ficou marcado pelo período de transição previsto no mesmo Acordo, o qual terminou a 31 de dezembro de 2020, período durante o qual o acervo jurídico da União continuou a ser aplicável ao Reino Unido. Assim, a partir de março de 2020, decorreram as negociações para um acordo sobre a relação futura entre a União Europeia e o Reino Unido. Esse acordo foi alcançado a 24 de dezembro, tendo sido decidida a sua aplicação

provisória a partir de 1 de janeiro de 2021 enquanto se realizam as necessárias etapas para a sua ratificação pelo Parlamento Europeu.

No final de 2020, foi realizada uma revisão e ponto de situação da implementação das medidas nacionais de preparação identificadas no “Plano de Preparação e Contingência do Governo português para a Saída do Reino Unido da União Europeia”. Portugal continuou a assumir uma posição construtiva e manteve-se firmemente empenhado na implementação do Acordo de Saída, assim como na conclusão do Acordo sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido. O GPEARI participou ativamente nos trabalhos de coordenação da posição portuguesa relativa a esta temática, coordenando no Ministério das Finanças, as preocupações, orientações estratégicas, preparação e contingência para todos as potenciais consequências decorrentes da saída do Reino Unido da União Europeia julgadas relevantes pelas várias instituições na área de atuação deste Ministério.

Presidência Portuguesa da União Europeia de 2021 Durante o ano de 2020, o GPEARI deu apoio aos trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorre durante o primeiro semestre de 2021, nas áreas relevantes para o Ministério das Finanças, em estreita coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Estes trabalhos compreenderam o apoio à preparação do programa da Presidência, o apoio à definição das principais temáticas e resultados esperados para a Presidência, continuação do apoio à identificação de necessidades de formação no Ministério das Finanças e organismos sob a sua tutela para o acompanhamento dos

trabalhos da Presidência e o apoio à definição dos Presidentes dos vários Grupos de Trabalho e Chefias de Delegações Nacionais durante a Presidência portuguesa.

Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal e outras missões regulares No que concerne ao acompanhamento do período Pós-Programa de Assistência Económica e Financeira, o GPEARI, enquanto entidade à qual está legalmente atribuída a coordenação deste processo, garantiu a permanente articulação com os diversos ministérios e entidades nacionais e a interlocução com as instituições internacionais,

assegurando, assim, a realização das diversas missões e o cumprimento do *Agreement on Data Provision* firmado com aquelas instituições. No decurso do ano realizaram-se duas missões de acompanhamento e supervisão Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e uma missão relativa ao Exame Económico da OCDE a Portugal, cuja organização e coordenação nacional foram igualmente asseguradas pelo GPEARI. No entanto, no decurso de 2020 não se organizaram as habituais missões do FMI, no âmbito do Artigo IV, e da Comissão Europeia, no âmbito do Semestre Europeu devido à situação pandémica.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2018	2019	2020								
							Meta UO 2020	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO 2020	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	35%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	1	2	1	0	1	4-6	1	100%	9%	7%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	20	26	20	3	17-23	248-328	41	178%	9%	7%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	17	17	17	2	15-19	367-467	34	179%	9%	4%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	65	71	70	8	62-78	445-565	116	149%	9%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	40%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	128	161	140	19	121-159	320-420	169	106%	24%	2%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	14	26	25	3	22-28	190-250	22	100%	16%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ2	Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais	5%	EQ2.1.	Número de reportes às instituições europeias e internacionais	100%	150	145	100	15	85-115	85-115	110	100%	5%	0%
EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	10%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas	35%	187	96	75	10	65-85	65-85	71	100%	4%	0%
			EQ3.2.	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	30%	6	9,3	8	2	6-10	6-10	9	100%	3%	0%
			EQ3.3.	Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais	35%	-	-	65	10	55-75	55-75	37	67%	2%	0%
EQ4	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido	5%	EQ4.1.	Nº de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	100%	-	11	8	1	7-9	7-9	12	133%	5%	2%
EQ5	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia	5%	EQ5.1.	Nº de respostas a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual	100%	-	33	20	2	18-22	18-22	37	168%	5%	3%

Taxa de Execução Global 98,9% 24,6%

D. DSF | Departamento de Serviços Financeiros



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Acompanhamento do processo legislativo europeu na área dos serviços financeiros (supervisão e regulação de instituições financeiras, infraestruturas de mercado, mercados e instrumentos financeiros, gestão de ativos, serviços financeiros a retalho e pagamentos)

Contribuição para a preparação da representação Portuguesa no ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu e CIAE

Coordenação e representação do Ministério das Finanças no Comité Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupo Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupos de Peritos da Comissão Europeia (EGBPI, EGESC, EGMC, EGRFS, EGDMI, etc.), Comités de nível 2 (ESC, EBC, EIOPC, PC), Task Force on Coordinated Action, Comité Serviços Financeiros da OCDE

Apoio à política legislativa do Ministérios das finanças: iniciativas nacionais e transposição ou aplicação de legislação da União Europeia na ordem interna

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	34,1%	4	7	3 (43%)	4 (57%)	0 (0%)

Para a concretização da atividade do DSF foram definidos quatro objetivos e sete indicadores, superando ou atingindo todos os objetivos propostos para o ano de 2020.

DESTAQUES

Serviços Financeiros Em 2020 os trabalhos foram seriamente afetados pela pandemia do COVID-19. Com efeito, para além dos atrasos naturais nas negociações em curso devido às dificuldades operacionais, foi necessário também adaptar o plano de trabalhos. Assim, a Comissão Europeia adiou a apresentação de algumas iniciativas legislativas tendo, no entanto, proposto outras direcionadas a responder às necessidades geradas pela crise. Sem prejuízo destas dificuldades, foi dado seguimento aos trabalhos da União Bancária, União dos Mercados de Capitais e na Tecnologia Financeira, conforme detalhado infra. O GPEARI teve um papel particularmente importante na negociação das iniciativas legislativas e nos respetivos trabalhos preparatórios, atendendo à sua função de coordenação e representação do Ministério das Finanças nas negociações do Conselho da UE.

O GPEARI prestou ainda apoio aos Membros do Governo na elaboração e análise de iniciativas legislativas, tanto nacionais, como de transposição ou implementação de legislação da União Europeia na ordem jurídica interna. Em particular, cumpre destacar a participação nos trabalhos preparatórios da legislação relacionada com a resposta à crise.

União Bancária Em 2020, apesar do impacto da pandemia da COVID-19 registaram-se progressos significativos. Destaca-se o acordo final alcançado quanto à reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que permitirá a introdução do mecanismo de apoio comum (common backstop, na expressão inglesa) ao Fundo Único de Resolução (FUR). Aliás, este acordo foi acompanhado pela decisão de introdução antecipada do referido mecanismo de apoio comum e ainda pela decisão de alterar o Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único

de Resolução (IGA na sigla inglesa – Intergovernmental Agreement), tendo em vista o aumento do grau de mutualização.

Este acordo, crucial para a credibilidade e efetividade do Mecanismo Único de Resolução, poderá ainda criar condições para que se alcancem progressos durante 2021 no terceiro pilar da União Bancária: o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (EDIS na sigla em inglês – “European Deposit Insurance Scheme”).

União dos Mercados de Capitais em 2020 fixaram-se as orientações gerais que marcarão os trabalhos dos próximos anos. Com efeito e apesar das dificuldades causadas pela COVID-19, a Comissão Europeia apresentou em setembro um novo plano de ação: “Uma União dos Mercados de Capitais ao serviço das pessoas e das empresas”. O plano de ação tem três objetivos principais: i) garantir que a recuperação económica da UE seja verde, digital, inclusiva e resiliente, tornando o financiamento mais acessível às empresas europeias e em particular às PME; ii) tornar a UE um lugar ainda mais seguro para as pessoas pouparem e investirem a longo prazo; iii) integrar os mercados nacionais de capitais num verdadeiro

mercado único de capitais a nível da UE. Para o efeito, foram apresentadas dezasseis medidas. Logo em dezembro o Conselho aprovou conclusões a este respeito, dando orientações à Comissão Europeia quanto às prioridades de ação.

Tecnologia Financeira (Fintech) No plano digital, 2020 foi um ano importante, dado ter-se iniciado um novo ciclo de trabalhos. Este início foi marcado pela adoção pela Comissão Europeia, em setembro, do pacote “Financiamento Digital”, que inclui estratégias em matéria de financiamento digital e de pagamentos de retalho, bem como propostas legislativas.

A estratégia de financiamento digital visa tornar os serviços financeiros europeus mais propícios à digitalização e estimular a inovação responsável e a concorrência entre os prestadores de serviços financeiros na UE. A estratégia veio acompanhada por um pacote legislativo que inclui uma proposta sobre mercados de criptoativos, uma proposta criando um regime piloto para infraestruturas de mercado, bem como uma proposta sobre resiliência operacional digital.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2018	2019	2020									
							Meta UO 2020	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO 2020	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		
OBJETIVOS QUAR																
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	40%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	10%	4	8	1	0	1	4-6	1	100%	●	4,0%	0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	45%	19	25	36	5	31-41	248-328	36	100%	●	18,0%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	45%	5	6	15	5	10-20	248-328	22	110%	●	18,0%	1,80%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	40%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	80%	41	153	70	9	61-79	320-420	139	176%	●	32,0%	24,30%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	20%	-	23	10	1	9-11	190-250	22	200%	●	8,0%	8,00%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR																
EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	10%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas	100%	-	63	20	3	17-23	65-85	21	100%	●	10,0%	0%
EQ4	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido	10%	EQ4.1.	Nº de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	100%	-	11	8	1	7-9	7-9	7	100%	●	10,0%	0%
												Taxa de Execução Global		100,0%	34,1%	

E. DCMIPE | Departamento de Contencioso, Mercado Interno e Política Externa



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

ECOFIN, CEF, CEF Alternates, Financial Services Committee, CPE, Conselho Europeu

Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation (ATFC)

CIAE, CIPE, CNDH

Estratégia para o mercado único de bens e serviços, direito das sociedades, fiscalidade e questões aduaneiras, auxílios do Estado

Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, África Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)

Contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot, Solvit, transposição ou aplicação de legislação na ordem jurídica interna, Late Payment Directive Expert Group

Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e exercício das atribuições de autoridade nacional competente em matéria de medidas restritivas conjuntamente com o organismo designado do MNE, Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing (EGMLTF), Financial Action Task Force (FATF) Plenary and Working Group Meetings, RELEX - Sanctions Committee

Convenções, acordos e protocolos

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
91,6%	8,8%	4	8	3 (37,5%)	4 (50%)	1 (12,5%)

Para a concretização da atividade do DCMIPE foram definidos quatro objetivos e oito indicadores, superando ou atingindo todos objetivos propostos para o ano de 2020, exceto um objetivo extra-que, o qual diz respeito ao Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais, cujo resultado materializa as alterações decorrentes da crise pandémica, designadamente o cancelamento de algumas missões.

DESTAQUES

Execução do Direito Europeu Foi dada continuidade aos trabalhos decorrentes de processos de pré-contencioso e de contencioso europeu, sendo assegurada a resposta a cartas da Comissão Europeia e a elaboração de peças processuais a apresentar junto do Tribunal de Justiça da UE e subsequente defesa em audiência de alegações.

Foi igualmente assegurada resposta aos pedidos de informação e denúncias apresentados ao abrigo do procedimento EU *Pilot*, assim como aos pedidos de informação e queixas de cidadãos e empresas da UE no âmbito da rede SOLVIT.

Transposição de Diretivas Foi dada continuidade aos trabalhos de transposição para o ordenamento jurídico nacional dos diplomas

legislativos aprovados ao nível da UE. De assinalar a transposição, em 2020, de catorze diretivas da responsabilidade do Ministério das Finanças, nas áreas do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, direito das sociedades, serviços financeiros e assuntos fiscais. Importa realçar o apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais do Ministério na análise de diplomas de transposição, bem como os esclarecimentos prestados à Comissão Europeia sobre os diplomas notificados, no âmbito do exercício regular de avaliação da transposição conduzido por aquela instituição. Foi igualmente dada continuidade ao reporte mensal efetuado aos gabinetes governamentais, o qual, além das medidas de transposição para o ordenamento jurídico nacional das diretivas da UE sob responsabilidade do Ministério das Finanças, inclui também as medidas nacionais de execução de regulamentos da UE

relacionados com serviços financeiros. De assinalar também, neste contexto, o envolvimento do GPEARI nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos regulamentos) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional.

Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Em 2020, foi dada continuidade à participação do GPEARI nos órgãos permanentes da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Plenário, Comité Executivo e Secretariado Técnico Permanente). Durante o ano, assumiram particular relevância os trabalhos de finalização da revisão da Avaliação Nacional de Riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (ANR). O GPEARI integrou o grupo de trabalho criado para o efeito no seio da Comissão e integrou, ainda, um subgrupo de trabalho, juntamente com a Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Autoridade Tributária e Aduaneira, responsável pela conceção do módulo relativo à proliferação e ao financiamento da proliferação e elaboração do relatório das vulnerabilidades nesta área. Na fase final de redação do relatório foi constituído um grupo redator, o qual contou também com a participação do GPEARI.

O GPEARI foi responsável pela organização da reunião plenária da Comissão que se realizou em dezembro, presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, bem como pelo procedimento escrito de aprovação da proposta de Relatório da ANR, em maio.

Também neste âmbito, mas a nível externo, foi dada continuidade à participação nos trabalhos do Grupo de Ação Financeira (GAFI), tendo o GPEARI integrado a delegação portuguesa presente nos plenários de fevereiro, junho e outubro de 2020. Foi igualmente dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos do *Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing*, um grupo de peritos da Comissão Europeia.

Medidas Restritivas Conforme previsto no artigo 34.º da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto, que regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela ONU ou pela UE, foi elaborado pelas autoridades nacionais competentes (GPEARI e Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros), em 2020, o terceiro Relatório Anual sobre Medidas Restritivas, o qual foi apresentado ao Ministro de Estado e das Finanças e ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. O relatório descreve a implementação das medidas restritivas a nível nacional durante o ano de 2019, pelas diferentes entidades envolvidas, em função das atribuições e competências que lhes são legalmente atribuídas nesta matéria. Durante o ano de 2020 foram produzidos pelas autoridades nacionais competentes, no âmbito das suas atividades, vários pareceres/esclarecimentos jurídicos a cidadãos, entidades ou operadores económicos sobre a conformidade de determinadas relações comerciais ou financeiras com diferentes regimes restritivos em vigor, com especial enfoque nos regimes impostos pela UE à Síria, à Venezuela e ao Irão. Foram também garantidos, por um lado, a comunicação e difusão por via

eletrónica das decisões e resoluções da ONU e de atos jurídicos da UE e, por outro, o cumprimento das obrigações de reporte à Comissão Europeia e à ONU.

Auxílios de Estado Além da coordenação e centralização da notificação e reporte de auxílios de Estado e da resposta a cartas da Comissão Europeia neste domínio, é de salientar o apoio prestado aos gabinetes governamentais na análise de processos na área das Finanças, alguns dos quais associados a processos de alteração de natureza legislativa, tendo em conta sobretudo as mudanças

introduzidas pelo processo de modernização dos auxílios, o qual veio permitir uma maior liberdade e flexibilidade na concessão dos mesmos, mas que passou a exigir, em contrapartida, uma responsabilidade acrescida em matéria de controlo e de introdução de mecanismos capazes de assegurar a conformidade com as regras. De salientar também a participação nos trabalhos a nível da UE, sobretudo no âmbito do Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19, adotado em março de 2020 e revisto cinco vezes ao longo de 2020.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2018	2019	2020									
							Meta UO 2020	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO 2020	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		
OBJETIVOS QUAR																
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	50%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	5%	1	1	1	0	1	4-6	1	100% ●	3%	0%	
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	20%	88	80	80	11	69-91	248-328	71	100% ●	10,0%	0%	
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	35%	341	278	300	36	264-336	367-467	443	132% ●	17,5%	5,57%	
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	340	356	325	39	286-364	445-565	304	100% ●	12,5%	0%	
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	45%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	56	61	60	8	52-68	320-420	75	110% ●	27,0%	2,78%	
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	90	102	75	10	65-85	190-250	68	100% ●	18,0%	0%	
OBJETIVOS EXTRA-QUAR																
EQ3	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	1%	EQ3.1	Número de reuniões organizadas	100%	47	19	12	2	10-14	65-85	1	10% ●	0,1%	0%	
EQ4	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido	4%	EQ4.1	Nº de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	100%	-	-	8	1	7-9	7-9	10	111% ●	4,0%	0,11%	
												Taxa de Execução Global			91,6%	8,5%



ÁREAS DE INTERVENÇÃO



RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	45,5%	6	13	7 (54%)	6 (46%)	0 (0%)

O DCRI concretizou os seis objetivos propostos para o ano de 2020, superando ou atingindo os treze indicadores que os consubstanciavam.

DESTAQUES

Relações Internacionais e Cooperação No ano de 2020, a atuação do GPEARI manteve-se alinhada com a defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das Instituições Financeiras Internacionais, bem como do relacionamento com países terceiros, em linha não apenas com os objetivos das políticas externa e de cooperação, assim com o desígnio de promover a internacionalização das empresas e consultores nacionais e o financiamento da economia portuguesa por via das Instituições Financeiras Europeias e Internacionais.

Instituições Financeiras Europeias e Internacionais (IFEI) O ano de 2020 foi marcado por uma dinâmica de exploração de diversas avenidas de colaboração com um vasto conjunto de instituições multilaterais, sendo expetáveis no longo prazo benefícios ao nível da internacionalização das empresas e, por consequência, do nível de retorno para a economia nacional.

No que concerne ao Banco Africano de Desenvolvimento, foi dada continuidade à operacionalização do Compacto para os Países Lusófonos, iniciativa que visa o desenvolvimento do setor privado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, simultaneamente, o apoio ao investimento português nestes países, mediante a utilização de instrumentos de fomento ao investimento (*credit enhancement*), mitigação e partilha de risco, bem como o recurso a assistência técnica a fim de gerar projetos bancáveis. Este ano foi marcado pelo processo negocial dos termos da Garantia a conceder por Portugal ao BAfD.

No decorrer de 2020 realizaram-se uma reunião do *Steering Committee* e duas reuniões do *Standing Committee* do Compacto, órgãos de governação nos quais Portugal está representado pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e pelo GPEARI, respetivamente. Nestas reuniões, foram discutidos o

esquema de governação do Compacto, o *pipeline* de projetos e o Plano de Trabalhos bianual.

Foi, também, dada continuidade ao reforço da cooperação bilateral entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Portugal em duas áreas que assumem especial importância na agenda de apoio do grupo BID aos países da América Latina e Caraíbas e nas quais Portugal tem reconhecido valor acrescentado e *expertise* para partilhar - modernização administrativa e *e-government* e água e saneamento.

Em 2020, o BEI aprovou 13 operações em território nacional no montante de EUR 1.810,13 milhões, dos quais 74,5% se destinaram a linhas de crédito ao tecido empresarial. As assinaturas ascenderam a EUR 1.614,43 milhões (um aumento de cerca de 17,1% face ao ano anterior), dos quais 71,8% se destinaram a linhas de crédito para apoio a Pequenas e Médias Empresas (PME) e empresas de capitalização média (Midcaps), 12,4% para o setor da saúde, 8,1% para o setor da energia, 2,5% para o setor de água e saneamento, 2,3% para a requalificação urbana, 1,7% para a indústria e 1,2% para o setor de serviços.

No mesmo ano, o Fundo Europeu de Investimento (FEI) assinou 16 operações no montante total de EUR 851 milhões de investimento e financiamento em operações com fundos de investimento e de intermediação com diversas entidades bancárias nacionais, destacando-se o reforço da atividade do FEI com o banco nacional de promoção de investimento, o Banco Português de Fomento, S.A. Este resultado colocou Portugal como o 6.º Estado-Membro que mais apoio recebeu do FEI no último ano.

No âmbito do Plano de Investimento para a Europa (“Plano Juncker”), as operações do Grupo BEI em Portugal (cumulativamente) ascenderam a EUR 3,97 mil milhões, o que permitiu que Portugal se tornasse o maior beneficiário desta iniciativa em proporção do PIB nacional com a mobilização de cerca de EUR 14 mil milhões de investimento em território nacional.

Destaque ainda para a operacionalização do Fundo de Garantia Pan-Europeu (EGF na sigla em inglês), criado em 2020, com o objetivo de responder ao impacto económico da pandemia do COVID-19, garantindo que as Pequenas e Médias Empresas (PME), as empresas de média capitalização (Mid Cap) e as grandes empresas nos Estados-Membros (EM) participantes dispõem de liquidez suficiente para enfrentar a crise. O GPEARI assumiu a representação de Portugal no Comité de Contribuintes, competindo-lhe, em articulação com a DGTF, aprovar as operações submetidas pelo Grupo BEI no quadro desta Garantia Pan-Europeia e acompanhar a atividade regular deste Fundo.

Em 2020, foram aprovadas cinco operações em que a Garantia do EGF totaliza 248 milhões de euros, esperando-se mobilizar com a mesma cerca de 2,100 milhões de euros.

No ano de 2020 foi dado seguimento à implementação do Plano Estratégico do MAMM para o triénio 2018-2020, o qual visa potenciar um maior retorno para a economia nacional da participação nas multilaterais, bem como consolidar e expandir a rede de promoção, informação e contactos no âmbito das multilaterais.

O GT Multilaterais organizou 12 ações com representantes das multilaterais em Portugal (em particular seminários e encontros bilaterais), acrescentando a estas várias outras iniciativas promovidas pelos parceiros do Mecanismo. Das iniciativas e seminários/missões empresariais sujeitas à avaliação dos participantes foi obtido um grau de satisfação/utilidade entre 82% e 87%. De destacar o suporte mais personalizado realizado aos agentes nacionais, por parte do GT Multilaterais, bem como a introdução crescente de uma componente mais prática de capacitação.

Este ano foi também marcado pela criação da rede LinkedIn – Multilaterais Network PT destinada a promover o *networking* e contactos entre o setor empresarial e colaboradores nacionais a trabalhar nas IFI, a qual contava em finais de 2020 com cerca de 100 inscritos.

Relacionamento institucional com países estratégicos para Portugal Neste domínio, manteve-se a forte dinâmica de apoio à preparação de conteúdos para diversos encontros de alto nível, desde

Cimeiras, Comissões Mistas e Grupos de Trabalho Bilaterais até reuniões de Membros do Governo com representantes de países estratégicos para Portugal, na perspetiva de dinamizar temáticas de relevo e interesse comum na área das Finanças e dar continuidade ao processo de internacionalização da economia portuguesa, entre outros aspetos relevantes. Neste domínio, merece destaque a preparação e/ou participação em reuniões com autoridades de países das mais diversas geografias, com destaque para: Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América, Guiné-Bissau, Índia, Marrocos, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Cooperação Técnica ao nível da gestão das finanças públicas

À semelhança do que tem sucedido em anos anteriores, o GPEARI manteve o acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, atendendo ao carácter estruturante que ambos os instrumentos têm no quadro do relacionamento bilateral com os referidos países. Neste particular, constata-se que quer o ACC, quer o ACE continuam a contribuir para a estabilização macroeconómica e para o fomento das relações económicas e financeiras daqueles países com Portugal e com a União Europeia.

Ao nível da cooperação técnica bilateral, as condicionantes impostas pela pandemia ditaram que não tivesse sido possível realizar as habituais ações de formação e de assistência técnica presenciais. Ainda assim, ao nível do PICAT Aduaneiro de âmbito CPLP, foi possível

concretizar a maioria das atividades e reuniões previstas, com recurso a ferramentas digitais e encontros *online*, os quais não sendo ideais para os trabalhos a desenvolver neste quadro, permitiram de alguma forma manter o contacto entre serviços homólogos da CPLP e produzir os documentos técnicos previstos no quadro deste programa de cooperação.

GPEARI • RA • 2020

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2018	2019	2020								
							Meta UO 2020	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO 2020	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	30%	1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	35%	64	69	65	9	56-74	248-328	61	100%	10,5%	0%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	35%	56	64	60	7	53-67	367-467	98	146%	10,5%	4,86%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	30%	76	70	60	7	53-67	445-565	245	366%	9,0%	23,91%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	55	98	75	10	65-85	320-420	148	174%	18,0%	13,34%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	61	61	40	6	34-46	190-250	50	109%	12,0%	1,04%
5	Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	15%	5.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	35%	13	15	10	2	8-12	8-12	12	100%	5,3%	0%
			5.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	35%	84%	87%	80%	10%	70%-90%	70%-90%	83%	100%	5,3%	0%
			5.3.	Prazo de conclusão das negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	30%	-	-	350	15	335-365	335-365	350	100%	4,5%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	2%	EQ1.1	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	-	-	1	0	1	302-322	2	133%	2,0%	1,67%
EQ6	Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	5%	EQ6.1	Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	100%	18	22	13	2	11-15	11-15	20	133%	5,0%	1,67%
EQ7	Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros	18%	EQ7.1	Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	33%	4	4	4	1	3-5	3-5	4	100%	5,9%	0%
			EQ7.2	Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE	33%	8	8	8	1	7-9	7-9	8	100%	5,9%	0%
			EQ7.3	Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	34%	94%	89%	60%	10%	50%-70%	50%-70%	78%	111%	6,1%	0,68%

Taxa de Execução Global 100,0% 45,5%

G. DADO | Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Criação e difusão de instrumentos de planeamento, programação financeira e de avaliação de políticas e programas do Ministério das Finanças

Monitorização e avaliação de políticas públicas e programas do MF

Avaliação do Desempenho dos Organismos do Ministério das Finanças e participação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e Grupo de Trabalho do CCAS

Coordenação no MF da Política para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação

Monitorização e acompanhamento do Programa "Pagar a Tempo e Horas"

Coordenação do processo de planeamento do GPEARI e controlo de gestão

Gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, em articulação com a Secretaria-Geral, no âmbito dos serviços partilhados

Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, parque informático e Sistemas de Informação - gestão documental e assiduidade.

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	2,8%	6	8	2 (25%)	6 (75%)	0 (0%)

Para 2020 o DADO sintetizou a sua atividade num conjunto de seis objetivos, traduzidos em oito indicadores, todos atingidos ou superados. Com efeito, concretizou todos os objetivos propostos para o ano de 2020.

DESTAQUES

Projeto SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades

No âmbito da (Re)construção da identidade corporativa do GPEARI, o projeto SIPA tem vindo a implementar um conjunto de melhorias na gestão dos processos, tendo sido feitos avanços relevantes no que diz respeito à arquitetura empresarial e impacto de diplomas legais, assim como na desmaterialização integral de processos administrativos e no cumprimento do regulamento geral de proteção de dados.

A construção do novo Portal GPEARI foi concluída em 2020. Os procedimentos para carregamento dos conteúdos estáticos e definição dos conteúdos dinâmicos no Portal GPEARI ocorreram durante o primeiro semestre de 2020, tendo o lançamento oficial ocorrido no início do segundo semestre de 2020, representando uma

evolução fundamental na política de reconstrução da identidade corporativa, em particular no que diz respeito à comunicação e visibilidade externa.

Neste enquadramento, foram criadas várias maquetes com a estrutura de conteúdos a constar na futura newsletter do GPEARI, tendo esta sido apresentadas a utilizadores-chave para teste de conceito.

Avaliação de Serviços No âmbito do SIADAP foram mantidos os processos de acompanhamento e validação dos instrumentos de gestão dos serviços do Ministério das Finanças.

No âmbito do Plano de Ação para o GT CCAS, o GPEARI participou ativamente em diversas Linhas, enquanto entidade participante ou

coordenadora: L1 | Operacionalizar o funcionamento da rede, L2 | Casa Comum, Orientação Comum, L5 | Da Orientação Política à Ação Administrativa, L10 | Nova LEO, Nova Lei, dando ainda contributos para a L6 | A Transversalidade nos Instrumentos de Gestão e a L8 | Administração Pública 360º.

Monitorização e acompanhamento do Programa “Pagar a Tempo e Horas” No âmbito do acompanhamento dos Prazos Médios de Pagamento foram apresentados à tutela os relatórios de monitorização relativamente aos dados do 4º trimestre de 2019 e do 2º trimestre de 2020. Adicionalmente foi cumprido o calendário de prestação da informação de base, relativa às dívidas a fornecedores e aquisições, circunstanciado pela necessidade de reportes à Comissão Europeia.

Desenvolvimento Organizacional Continuou-se o desenvolvimento das ferramentas de gestão das pessoas, designadamente melhorias no sistema de gestão da assiduidade e deu-se continuidade à implementação das medidas do Plano de Melhorias, que resultaram da auscultação aos colaboradores. Devido ao contexto de pandemia, foram reforçadas as medidas promotoras de bem-estar dos recursos humanos, nomeadamente através da flexibilidade para a conciliação e gestão de horários. Ainda neste âmbito, ao longo do ano, no sentido de promover a cultura interna, foram dinamizados vários momentos de partilha e interação on-line.

GERProj 2.0 O GPEARI aderiu a esta plataforma em desenvolvimento pela eSPap, num modelo de participação colaborativa conjuntamente com a SGMF, para definição de requisitos e funcionalidades. Esta ferramenta irá facilitar e agilizar a elaboração do Plano de Atividades e QUAR, identificando as atividades, objetivos, indicadores e metas, bem como do Relatório de Atividades, produzindo relatórios para os diversos níveis da organização, potenciando a análise dos resultados e eventuais desvios.

Recursos, organização interna e controlo de gestão Aprofundou-se o processo de melhoria dos procedimentos de controlo de gestão, mantendo-se o foco na eficiência da despesa. No domínio do controlo de gestão foi realizada uma profunda atualização do Código de Conduta e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Ainda no domínio da gestão, mantiveram-se os esforços com vista à transição para o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), apostando na capacitação da equipa, e na elaboração de procedimentos necessários à adoção do novo sistema, designadamente através da melhoria dos processos internos de controlo do inventário e afetação do parque informático.

GPEARI • RA • 2020

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2018	2019	2020								
							Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política econômica e à formulação e acompanhamento de políticas econômico-financeiras do MF	5%	1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	100%	2	2	2	0	2	248-328	2	100%	5%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	5%	4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	100%	6	9	10	1	9-11	190-250	16	145%	5%	2%
7	Promover um ambiente de trabalho positivo	5%	7.2.	Prazo elaboração do relatório do diagnóstico de Segurança e Saúde no Trabalho	100%	-	-	330	15	315-345	315-345	344	100%	5%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ8	Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)	30%	EQ8.1.	% de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1	50%	79%	93%	85%	5%	80%-90%	80%-90%	81%	100%	15%	0%
			EQ8.2.	Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	25%	5	6	5	1	4-6	4-6	4	100%	8%	0%
			EQ8.3.	Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	25%	4	12	3	1	2-4	2-4	3	100%	8%	0%
EQ9	Melhorar o ambiente de controlo interno	25%	EQ9.1.	% de instrumentos de controlo de gestão (20) atualizados e/ou elaborado (acumulado)	100%	-	84%	95%	5%	90%-100%	90%-100%	95%	100%	25%	0%
EQ10	Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	30%	EQ10.1	Grau de satisfação dos utilizadores internos	100%	3,64	4,02	3,85	0,2	3,65-4,05	3,65-4,05	4,12	102%	30%	1%

Taxa de Execução Global 100,0% 2,8%

A5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplic.			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna. Foi atribuída esta função a uma divisão na nova lei orgânica. O processo de capacitação encontra-se a decorrer. Código de conduta do GPEARI revisto em 2020: https://www.gpeari.gov.pt/documentos/35086/52772/C%C3%B3digo-de-Conduta+GPEARI.pdf/af3ffbce-5b03-0f1d-aaa7-516f95f1c2c5?t=1603977023729
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2020: 47% Em 2019: 40% Em 2018: 55% Em 2017: 37% Em 2016: 84% Em 2015: 89% Em 2014: 77% Em 2013: 53%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Sim. Alguns estão em revisão na sequência do projeto SIPA.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadecem com sistemas rotativos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			Estão definidas, mas apenas algumas estão formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Manual de Controlo Interno
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Manual de Controlo Interno
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Encontra-se em revisão.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existência de <i>passwords</i> e de e certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

A6. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2020

		2020										(em euros)	
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
ATIVIDADES													
D.01	Despesas com o pessoal	2 335 561	2 335 561	1 812 430	77,6%	378 566	378 566	304 031	80%	2 714 127	2 714 127	2 116 460	78,0%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	1 829 945	1 828 726	1 441 563	78,8%	283 721	283 721	246 376	87%	2 113 666	2 112 447	1 687 939	79,9%
D.01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1 312 257	1 305 243	1 072 124	82,1%	226 078	226 058	195 994	87%	1 538 335	1 531 301	1 268 119	82,8%
D.01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	139 037	132 029	49 532	37,5%				n.a.	139 037	132 029	49 532	n.a.
D.01.01.11	Representação	62 125	62 125	48 832	78,6%	8 411	8 431	8 037	95%	70 536	70 556	56 869	80,6%
D.01.01.12	Suplementos e prémios	3 000	15 003	13 853	92,3%				n.a.	3 000	15 003	13 853	92,3%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	71 610	71 610	53 524	74,7%	11 550	11 550	9 254	80%	83 160	83 160	62 778	75,5%
D.01.01.14.SF.00	Subsídios de férias	120 958	120 958	104 716	86,6%	18 841	18 841	17 174	91%	139 799	139 799	121 890	87,2%
D.01.01.14.SN.00	Subsídios de Natal.	120 958	120 958	98 183	81,2%	18 841	18 841	15 917	84%	139 799	139 799	114 100	81,6%
D.01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0	800	798	99,8%				n.a.	0	800	798	99,8%
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	47 959	47 959	11 920	24,9%	30 198	30 198	1 821	6%	78 157	78 157	13 742	17,6%
D.01.02.02	Horas extraordinárias	2 001	2 001		n.a.				n.a.	2 001	2 001	0	n.a.
D.01.02.04	Ajudas de custo	25 008	24 918	5 253	21,1%	26 194	26 194	1 751	7%	51 202	51 112	7 004	13,7%
D.01.02.05	Abono para falhas	950	1 040	1 035	99,6%				n.a.	950	1 040	1 035	
D.01.02.12.A0.00	Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	20 000	20 000	5 632	28,2%				n.a.	20 000	20 000	5 632	28,2%
D.01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios				n.a.	4 004	4 004	70	2%	4 004	4 004	70	1,7%
D.01.03	Segurança Social	457 657	458 876	358 946	78,2%	64 647	64 647	55 833	86%	522 304	523 523	414 780	79,2%
D.01.03.02	Outros encargos com a saúde	11 342	11 342	1 697	15,0%				n.a.	11 342	11 342	1 697	15,0%
D.01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	6 456	6 456	3 847	59,6%				n.a.	6 456	6 456	3 847	59,6%
D.01.03.05.A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	212 293	212 293	208 785	98,3%	17 979	16 420	7 613	46%	230 272	228 713	216 398	94,6%
D.01.03.05.A0.B0	Segurança Social	201 212	182 023	106 797	58,7%	46 668	48 227	48 220	100%	247 880	230 250	155 017	67,3%
D.01.03.05.A0.C0	Fundo de Compensação do Trabalho	26 354	36 419	27 479	75,5%				n.a.	26 354	36 419	27 479	75,5%
D.01.03.10.P0.00	Parentalidade	0	10 343	10 341	100,0%				n.a.	0	10 343	10 341	100,0%

		2020											(em euros)
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
D.02	Aquisição de bens e serviços	418 289	327 555	245 608	75,0%	148 000	11 686	4 128	35%	566 289	339 241	249 735	73,6%
D.02.01	Aquisição de bens:	12 000	11 485	4 637	40,4%	13 000	0	0	n.a.	25 000	11 485	4 637	40,4%
D.02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	3 000	1 228	998	81,3%				n.a.	3 000	1 228	998	81,3%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	1 000	3 681	1 640	44,6%				n.a.	1 000	3 681	1 640	44,6%
D.02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	1 000	0		n.a.	13 000	0	0	n.a.	14 000	0	0	n.a.
D.02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	1 000	708	581	82,1%				n.a.	1 000	708	581	82,1%
D.02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	1 000	1 693	0	0,0%				n.a.	1 000	1 693	0	0,0%
D.02.01.14	Outro material - Peças	1 000	304	303	0,0%				n.a.	1 000	304	303	n.a.
D.02.01.21	Outros bens	4 000	3 871	1 114	28,8%				n.a.	4 000	3 871	1 114	28,8%
D.02.02	Aquisição de serviços:	406 289	316 070	240 970	76,2%	135 000	11 686	4 128	35%	541 289	326 183	244 179	74,9%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	31 000	33 136	30 279	91,4%				n.a.	31 000	33 136	30 279	91,4%
D.02.02.02.00.09	Limpeza e higiene - Anos Anteriores	0	542	25	4,6%				n.a.				n.a.
D.02.02.03	Conservação de bens	3 270	2 818	2 809	99,7%				n.a.	3 270	2 818	2 809	99,7%
D.02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	168 336	168 336	168 336	100,0%				n.a.	168 336	168 336	168 336	100,0%
D.02.02.06	Locação de material de transporte	10 200	8 983	5 362	59,7%				n.a.	10 200	8 983	5 362	59,7%
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	1 500	572	203	35,5%				n.a.	1 500	572	203	35,5%
D.02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	8 000	7 607	2 442	32,1%				n.a.	8 000	7 607	2 442	32,1%
D.02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	600	890	277	31,1%				n.a.	600	890	277	31,1%
D.02.02.10	Transportes	1 500	1 623	254	15,7%				n.a.	1 500	1 623	254	15,7%
D.02.02.11	Representação dos serviços	3 500	200	0	0,0%				n.a.	3 500	200	0	0,0%
D.02.02.12.B0.00	Seguros - Outras	500	163	162	99,5%				n.a.	500	163	162	99,5%
D.02.02.13	Deslocações e estadas	130 000	63 954	5 652	8,8%	130 000	11 464	3 906	34,1%	260 000	75 418	9 558	12,7%
D.02.02.15.A0.00	Formação - tecnologias da informação e comunicação	2 500	0	0	0,0%				n.a.	2 500	0	0	0,0%
D.02.02.15.B0.00	Formação - Outras	12 000	450	450	100,0%	3 000	0	0	n.a.	15 000	450	450	100,0%
D.02.02.16	Seminários, exposições e similares	1 000	0	0	0,0%				n.a.	1 000	0	0	0,0%
D.02.02.17.A0.00	Publicidade Obrigatória	1 500	1 399	313	22,4%				n.a.	1 500	1 399	313	22,4%
D.02.02.19.A0.A0	Asist.Tec.-Equip.Inf.- Impressoras/Fotocopiadoras/Scanner	1 000	266	0	0,0%				n.a.	1 000	266	0	0,0%

		2020										(em euros)	
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
D.02.02.19.B0.00	Assist. Técnica - Software Informático	16 045	14 690	14 689	100,0%				n.a.	16 045	14 690	14 689	100,0%
D.02.02.19.C0.00	Assist. Técnica - Outros	1 500	118	0	0,0%				n.a.	1 500	118	0	0,0%
D.02.02.20.A0.B0	Out.Trab.Esp.-Serv.Nat.Inf.-Contratos de impressão	10 338	8 990	8 989	100,0%				n.a.	10 338	8 990	8 989	100,0%
D.02.02.20.E0.00	Outros Trab.Especializ. - Outros	2 000	469	0	0,0%				n.a.	2 000	469	0	0,0%
D.02.02.23.B0.00	Junta Médica e Verificação	0	55	55	100,0%				n.a.	0	55	55	100,0%
D.02.02.25.00.00	Outros Serviços				n.a.	2 000	0	0	n.a.	2 000	0	0	#DIV/0!
D.02.02.25.E0.00	Outros serviços	0	809	673	83,1%	0	222	221	99,8%				n.a.
D.07	Aquisição de bens de capital	60 000	61 025	55 080	90,3%	0	0	0	n.a.	60 000	61 025	55 080	90,3%
D.07.01	Investimentos	60 000	61 025	55 080	90,3%	0	0	0	n.a.	60 000	61 025	55 080	90,3%
D.07.01.03.A0.B0	Edifícios.	5 000	0		0,0%				n.a.	5 000	0	0	0,0%
D.07.01.08.A0.B0	Software informático - Outros	30 000	24 600	24 577	99,9%				n.a.	30 000	24 600	24 577	99,9%
D.07.01.09.A0.B0	Equipamento administrativo - Outros	15 000	11 310	11 310	100,0%				n.a.	15 000	11 310	11 310	100,0%
D.07.01.10.00.00	Equipamento Básico	5 000	9 711	3 791	39,0%				n.a.	5 000	9 711	3 791	39,0%
D.07.01.13	Investimentos incorpóreos.	5 000	15 404	15 403	100,0%				n.a.	5 000	15 404	15 403	100,0%
PROJETOS													
D.02	Aquisição de bens e serviços	125 930	125 930	41 983	33,3%					125 930	125 930	41 983	33,3%
D.02.02.20.A0.C0	Out.Trab.Esp.-Serv.Nat.Inf.-Contratos de impressão	125 930	125 930	41 983	33,3%					125 930	125 930	41 983	33,3%
	Total	2 939 780	2 850 071	2 155 101	75,6%	526 566	390 252	308 159	79%	3 466 346	3 240 323	2 463 259	76,0%

Legenda: n.a. - não aplicável.

A7. BALANÇO SOCIAL

QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

Indicador	Unid.	Descrição	2016			2017			2018			2019			2020		
			M	F	TOTAL												
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	45	43	44	41	40	40	40	41	41	41	43	43	44	44	
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > ou = a 55 anos / Total de recursos humanos	20%	10%	15%	17%	9%	12%	11%	8%	9%	8%	11%	10%	8%	5%	7%
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	-	-	54%	-	-	54%	-	-	58%	-	-	61%	-	-	61%
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	52%	62%	57%	70%	66%	68%	67%	63%	65%	67%	63%	65%	67%	65%	66%
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	32%	24%	28%	20%	23%	22%	19%	26%	23%	17%	29%	24%	17%	30%	25%
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	84%	90%	87%	90%	89%	89%	85%	89%	88%	83%	92%	89%	83%	95%	90%
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de recursos humanos	18	14	16	14	12	13	13	13	13	15	16	15	17	15	16
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	4%	17%	11%	33%	34%	34%	7%	21%	15%	8%	24%	18%	8%	14%	11%
Índice de saída	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	4%	21%	13%	20%	23%	11%	19%	13%	15%	21%	24%	23%	8%	16%	13%
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	1%	9%	5%	1%	4%	3%	6%	4%	5%	2%	3%	3%	1%	7%	4%
Leque salarial	Rácio	Maior remuneração base / Menor remuneração base	8	4	8	7	5	7	6	6	6	5	4	5	6	4	6

Fonte: Quadros do Balanço Social 2016 a 2020